



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 54

III Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 24 de Novembro de 1998

Presidente: *Deputado Dionísio Sousa*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 15, 25 horas

Período de Antes da Ordem do Dia:

Depois de lida a correspondência, bem como a leitura de alguns requerimentos e respostas, passou-se à discussão e votação dum Voto de Pesar pela morte do Dr. José Orlando Bretão, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular.

Após a apresentação feita pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*), proferiram intervenções os Srs. Deputados Jorge Valadão (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Silva Melo (*PS*) e Fernando Meneses (*PS*).

Submetido à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Posteriormente passou-se ao período destinado a **intervenções de interesse político-relevante para a Região**, tendo proferido intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados José Manuel Nunes (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Ana Carolina (*PSD*), António Meneses (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão

(PCP), João Greves (PP), Sidónio Bettencourt (PSD), Augusto Elavai (PS), Rui Pedro Ávila (PS), Mark Marques (PSD), Manuel Brasil (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo Meneses* e da Economia, *Duarte Ponte*.

Período da Ordem do Dia:

Leitura dos Relatórios das Comissões Permanentes, ao abrigo do artigo 125.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, tendo usado da palavra:

C.O.L. - Deputado Aires Reis

C.J.A.S. - Deputada Fátima Sousa

C.P.G.A.I. - Deputado Francisco Xavier

C.E.F.P. - Deputado Élio Valadão

C.E. - Deputado António Gomes

Na sequência da leitura do Relatório da Comissão Eventual, usaram da palavra os Srs Deputados Duarte Freitas (PSD) e Rui Pedro Ávila (PS).

Os trabalhos terminaram às 20,15 horas.

Presidente: Muito boa tarde.

Peço a atenção dos Srs. Deputados para a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa
João Carlos do Couto **Macedo**
João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**
José **Élio Valadão** Ventura
José Humberto de Medeiros **Chaves**
José do Nascimento Ávila
João Luís Sanchez dos **Santos**
Luís Machado **Resendes**
Manuel Goulart **Serpa**
Manuel **Herberto** da **Rosa**
Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilidio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Alberto Romão **Madruga da Costa**
Ana Carolina Gomes da **Silva**
António Manuel Silva **Almeida**
António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**
Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**

José Ramos Aguiar

José Francisco Salvador Fernandes

Jorge Manuel Leão Themudo Valadão dos Santos

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

José Maria Bairos

Manuel Teixeira Brasil

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Antes de começarmos em queria chamar a vossa atenção para uma coisa que já devem ter constatado, que é o facto de terem nas vossas bancadas o novo Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores que foi aqui aprovado no passado mês de Setembro e que foi pedida a urgência para a publicação desse Regimento e por isso mesmo ele foi publicado em Suplemento, em 4 de Novembro. Neste momento tem uma versão provisória, que era a versão original da Assembleia. Entretanto eu tinha tido acesso à versão da Internet e desde ontem à tarde chegou a versão do próprio Diário da República.

Em todo o caso e como eu sabia que ele tinha entrado em vigor no dia 4 de Novembro, mandei fazer fotocópias desses exemplares com o nosso texto da

Assembleia que merece toda a confiança, mas não é efectivamente o texto definitivo.

Além disso, será sempre uma situação provisória, porque, como se recordam, o Regimento prevê que a nova definição das Comissões seja feita à parte dentro de 60 dias, mas que conste também do Regimento. Nessa altura se fará uma edição definitiva.

Neste momento, em relação às alterações que interessa ter em conta, vou chamar apenas à atenção para aquela que tem interesse imediato, ou seja, para a disposição constante do artigo 93.º, sobre expediente e informação, no seu n.º 3 diz que: "O tempo reservado, em cada reunião, à leitura de expediente será fixado em Conferência." Efectivamente, a Conferência de Líderes fixou esse tempo para hoje em 45 minutos.

Posto isto, os Srs. Secretários vão proceder à leitura da correspondência que couber dentro desses 45 minutos e a correspondência restante ficará para a próxima sessão.

Outras observações terei ainda que fazer ao Plenário sobre o novo Regimento, mas por agora esta é suficiente para ir orientando os nossos trabalhos.

Têm a palavra os Srs. Secretários para a leitura da correspondência.

Secretário(*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Ministro da República um ofício a informar que remeteu para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 15/98 - "Adaptação à RAA do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário".

Secretário (*José Aguiar*): Do Gabinete do Ministro da República, um ofício informando que foi para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 16/98 - "Adaptação à RAA do D.L. n.º 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelo D.L. 218/94, de 20 de Agosto, que regula a elaboração dos POOC.

Secretário(*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Ministro da República um ofício informando que remeteu para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 17/98 - Justificação das faltas dadas por sinistrados do sismo de 9 de Julho de 1998.

Secretário (*José Aguiar*): Do Ministério da Administração Interna, um ofício informando da nomeação do Director da Delegação Regional de Ponta Delgada do Serviço de Informações de Segurança o Técnico Superior de Informações Nuno Miguel de Melo Gamito Ferreira.

Secretário(*Guilherme Pinto*): Da Directora Regional das Comunidades, um ofício a agradecer a honrosa colaboração dada pelo Sr. Presidente da Assembleia, na realização duma Acção de Formação, denominada II Edição do Curso "Açores: à descoberta das raízes" que decorreu nas ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial, no período compreendido entre os dias 21 de Setembro e 2 de Outubro.

Secretário (*José Aguiar*): Da Provedoria de Justiça um ofício cujo assunto é: Recomendação n.º 54/A/96, de 30 de Maio e Recomendação n.º 20/A/97, de 25 de Março.

Responsabilidade civil extra-contratual/acidente de viação/obras na via pública/deveres de cuidado/responsabilidade do dono da obras/responsabilidade do comissão/prescrição /factos de natureza criminal/crime de perigo comum.

Secretário(*Guilherme Pinto*): Da Associação da Juventude e Defesa do Património Histórico Cultural e Natural de São Jorge, um abaixo-assinado a manifestar o interesse no prosseguimento do Projecto Jovens - Século XXI.

Secretário (*José Aguiar*): Da Presidência do Governo, um ofício cujo assunto é: Relatório de Execução Financeira do Plano 1998 - 1.º Semestre.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Presidência do Governo, Direcção Regional de Estudos e Planeamento um ofício a remeter o Relatório de Execução Financeira do 3.º trimestre do Plano 1998.

Secretário (*José Aguiar*): Da Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo, um ofício a remeter o Relatório do ano de 1997.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Comissão de Trabalhadores da ANA um ofício, cujo assunto é: Desocupação Policial de habitações em Santa Maria/Açores.

Secretário (*José Aguiar*): Da Federação Agrícola dos Açores, um ofício remetendo o parecer sobre a Proposta do Plano para 1999.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Sr. Embaixador de Israel, um ofício a agradecer o acolhimento que foi alvo aquando da sua visita oficial realizada à Ilha do Faial.

Secretário (*José Aguiar*): Da Federação de Associações de Juventude dos Açores, um ofício cujo assunto é: Constituição da Federação de Associações de Juventude dos Açores.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular, um ofício do seguinte teor:

"Ao abrigo do n.º 3 do artigo 52.º do Regimento, o Grupo Parlamentar do Partido Popular indica os Deputados Nuno Almeida e Sousa e João Greves como seus representantes na Comissão Eventual para o acompanhamento da acção governativa no âmbito da reconstrução dos estragos do sismo de 9 de Julho de 1998."

Secretário (*José Aguiar*): Da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, um ofício do seguinte teor:

"Pelo presente e dando cumprimento ao preceito regimental aplicável, venho informar Vossa Excelência que integrarei a Comissão Eventual para acompanhamento da acção governativa no âmbito da reconstrução dos estragos do sismo de 9 de Julho de 1998."

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Sr. Deputado Regional Nuno Barata Almeida e Sousa, um ofício do seguinte teor.

"Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa, Deputado Regional do Partido Popular, vem junto de V. Excelência requerer a suspensão do mandato de deputado pelo período compreendido entre os dias 09 de Novembro e 31 de Dezembro de 1998, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores."

Secretário (*José Aguiar*): Do Partido Popular o seguinte ofício:

"O Grupo Parlamentar do Partido Popular vem informar V. Exa. que o Deputado Nuno Almeida e Sousa será substituído, no período da suspensão do mandato de 9

de Novembro a 31 de Dezembro, pelo elemento que se segue na lista do Partido Popular no Círculo de São Miguel, Mário Jorge da Câmara Simões Moura.

Mais informo V. Exa. que o Deputado Mário Jorge da Câmara Simões Moura, substituirá Nuno Almeida e Sousa em todas as Comissões em que este representava o Partido Popular."

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular, um ofício com o seguinte teor:

"Venho informar V. Exa. que o Deputado Mário Jorge da Câmara Simões Moura exercerá as funções de Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular, de 9 de Novembro a 31 de Dezembro, em substituição do Deputado Nuno Almeida e Sousa."

Secretário (*José Aguiar*): Do Presidente da Comissão Eventual para acompanhamento da acção governativa na reconstrução dos estragos do sismo de 9 de Julho de 1998, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, um ofício dando conhecimento da constituição da Mesa daquela Comissão que ficou assim constituída:

Presidente - Deputado Rui Pedro Ávila (PS)

Relator - Deputado António Lopes Gomes (PS)

Secretário - Deputado Duarte Freitas (PSD)

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Chefe de Gabinete da Assembleia Regional da Madeira, um ofício a indicar a composição da Mesa, que é a seguinte:

Presidente - Dr. José Miguel Mendonça (PSD)

Vice-Presidente: Dr. Miguel Luís de Sousa (PSD)

Vice-Presidente: Dr. João Cunha e Silva (PSD)

Secretário: Sr. António Rocha (PSD)

Secretário: Dra. Yaneth Torres (PSD)

Vice-Secretário: Eng.º João Santos (PSD)

Vice-Secretário: Sr. Domingos Sancho (PSD)

Secretário (*José Aguiar*): Do Presidente da Comissão Eventual de Inquérito para averiguar as suspeições levantadas na imprensa regional, um ofício que diz o seguinte:

"Na qualidade de Presidente da Comissão Eventual de Inquérito para averiguar as suspeições levantadas na imprensa regional, venho por este meio solicitar a V. Exa. a prorrogação do prazo desta Comissão por mais 45 dias, com vista a cumprir os objectivos que fundamentam a sua criação."

Secretário(*Guilherme Pinto*): Estão presentes à Sessão os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.ºs 41, 42, 43, 44, 45 e 46, bem como os Suplementos aos Diários n.ºs 42 e 45.

Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.ºs 35, 36 e 37, bem como os Suplementos aos Diários n.ºs 38, 39 e 40.

Secretário *José Aguiar*): Dos Srs. Deputados Humberto Melo e José Manuel Bolieiro o seguinte requerimento:

"Considerando que a Estrada Regional Feteiras/Ginetes é essencial para acesso das populações das freguesias de Ginetes, mosteiros Sete Cidades à cidade de Ponta Delgada;

Considerando que os trabalhos de beneficiação que decorrem estão identificados por uma placa da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos que apenas indica o prazo de execução de dezassete meses, sem qualquer referência à data de início;

Considerando ainda, que a obra está a decorrer há muitos meses e que a sua execução se faz por troços, fazendo transparecer deficiências eventuais ao nível do projecto ou nas expropriações;

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD requerem o seguinte:

- 1 - Data do inicio das obras;
- 2 - Contratualmente, qual a previsão para a conclusão das mesmas;
- 3 - Razões técnicas que levam à sua execução por troços;
- 4 - Nível de facturação e montante pago até à data;
- 5 - Cópia do plano de trabalhos e do cronograma financeiro inicial e actualizado.

Ponta Delgada, 23 de Outubro de 1998

Os Deputados Regionais, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro"

Secretário (*Guilherme Pinto*): Dos Srs. Deputados Regional do PSD, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro, o seguinte requerimento:

"Através da comunicação social, foi anunciada a existência de várias contradições no processo de autorização de um posto de abastecimento de combustíveis na freguesia de Água de Pau, na Rua Manuel Augusto Amaral;

As contradições e as imprecisões anunciadas são muitas: faz-se referência a uma "estação de serviço"; há ausência de pareceres de entidades consideradas essenciais em ramo de matéria; e até já houve um despacho de indeferimento para um processo análogo exarado sobre requerimento de outro peticionário;

Estão, em jogo questões de "ambiente, segurança e saúde pública das populações", e há mesmo uma grande contestação dos residentes na zona que, claramente, tem características habitacionais;

Considerando que a matéria de combustíveis esta sob a alçada da Secretaria Regional da Economia a quem cabe em última instância decidir sobre o licenciamento;

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem cópia dos seguintes documentos:

- 1 - Parecer da Direcção Regional do Ambiente;
- 2 - Parecer da Autoridade Sanitária competente;
- 3 - Parecer da Direcção Regional de Estradas, já que há contiguidade (proximidade) do terreno de implantação do posto com a estrada regional,
- 4 - Parecer dos serviços de combate a incêndio-bombeiros
- 5 - Parecer técnico da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia que fundamenta o despacho de autorização,
- 6 - Despacho que indeferiu o anterior pedido, bem como o parecer que o suportou.

Ponta Delgada, 26 de Outubro de 1998.

Os Deputados Regionais, *Humberto Melo e José Manuel Bolieiro*".

Secretário (*José Aguiar*): Dos Srs. Deputados Humberto Melo e José Manuel Bolieiro o seguinte requerimento:

"A empreitada de construção variante Ribeira Grande foi, há já algum tempo, consignada pelo Governo Regional.

Todavia, é do conhecimento público que a obra está parada.

Trata-se de uma via com interesse especial para a cidade da Ribeira Grande, pelo alívio que acarretará na intensidade de tráfego urbano, e para as populações da costa norte/nascente da ilha de São Miguel pela melhoria das acessibilidades que introduz.

A ineficácia governativa não pode atrasar investimento!

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem:

- 1 - Razões que levam a que, actualmente, a obra esteja parada;
- 2 - Cópia do contrato de adjudicação e do auto de consignação da obra;
- 3 - Plano de trabalhos e cronograma financeiro;
- 4 - Cópias dos autos de medição e respectivas facturas.

Ponta Delgada, 28 de Outubro de 1998.

Os Deputados Regionais, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro".

Secretário (Guilherme Pinto): Dum grupo de Srs. Deputados Regionais do PSD, cujo primeiro subscritor é o Sr. Deputado Humberto Melo, o seguinte requerimento:

"Ontem, foi o dia da desburocratização. Os governos aproveitam a ocasião para tomar medidas simplificadoras da vida dos utentes dos serviços públicos.

É o caminho das sociedades modernas.

Nos Açores, a situação é, no mínimo, caricata pelo alcance das medidas que o Governo Regional anunciou: publicar o Jornal Oficial daquele dia em papel azul em vez de branco; e celebrará um protocolo com o Governo da República para estender à Região a possibilidade de uso de meios automáticos para a obtenção de determinados serviços e/ou documentos.

É a maquilhagem e a cosmética associadas a uma permanente mediatização, enquanto faltam medidas concretas que respondam aos anseios dos Açorianos.

Se o Governo Regional trata os cidadãos da forma como responde aos pedidos de informação dos Deputados sobre as reais dificuldades e os problemas da vida das

populações, então a situação é ainda mais grave. À falta de cumprimento das obrigações de serviço público acresce, ainda, o desrespeito pelo sentido democrático no exercício do poder.

São do conhecimento, geral situações penosas na vida diária dos nossos concidadãos: filas de espera para atendimento com especial realce nos serviços de saúde, apoios financeiros à iniciativa empresarial que se arrastam por tempo excessivo; reclamações e solicitações que jazem em túmulos de silêncio; e listas de espera de anos e ineficácia do sistema para determinados tratamentos e cuidados de saúde. É um rol inumerável

O Partido Social Democrata, através do Grupo Parlamentar, solicitou ao Governo Regional a simples informação da data da posse de um membro da Comissão de Fiscalização da Lotação e do prazo concedido aos trabalhadores para indicarem esse elemento daquela comissão. Decorridos 120 dias, a resposta foi nada!

E o incrível é que há um Secretário Regional Adjunto da Presidência que tem como funções os assuntos parlamentares da administração pública.

Mais não é preciso acrescentar!

Porque o caso da Lotação suscita dúvidas de legalidade, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, insistindo na resposta do Governo Regional, requer, ao abrigo do Estatuto Político Administrativo da Região, o seguinte:

1 - Prazo fixado e data em que foi solicitada aos trabalhadores da Lotação a indicação do seu representante para a Comissão de Fiscalização;

2 - Data da posse daquele elemento, como membro da Comissão de Fiscalização.

Ponta Delgada, 30 de Outubro de 1998.

Os Deputados Regionais, Humberto Melo, Ana Gomes Silva, Sidónio Bettencourt, António Almeida e Francisco Xavier Rodrigues".

Secretário (José Aguiar): Do Sr. Deputado do PSD, António Almeida, o seguinte requerimento:

"Considerando que, com o relatório execução material do Plano de 1997 recentemente divulgado, só agora é possível avaliar a execução dos investimentos aprovados na Assembleia Legislativa Regional dos Açores;

Considerando que a descrição das acções no âmbito dos programas da Agricultura não permite, em muitos casos, avaliar a execução dos compromissos assumidos perante as várias ilhas dos Açores;

Considerando que o referido documento apresenta diferentes critérios na descrição das várias acções e que importa conhecer quais e onde foram executados determinados investimentos;

Considerando, finalmente, que os agricultores têm o direito de conhecer a realização dos compromissos assumidos perante o sector agrícola;

O Deputado subscritor, do Grupo Parlamentar do PSD, requer, ao Governo Regional, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, as seguintes informações no âmbito da Secretaria Regional de Agricultura Pescas e Ambiente:

1 - Acção: Abastecimento de Água.

Descrição: Construção de reservatórios e estações de tratamento de água.

Informação: Quais e em que freguesias se situam?

2- Acção; Caminhos Agrícolas.

Descrição: Construção de 31,4 Km de caminhos,

Informação: Quais os caminhos e em que freguesias se situam?

3 - Acção: Electrificação Agrícola.

Descrição: 6 explorações agrícolas beneficiadas.

Informação: Em que freguesias se situam as referidas explorações?

4 -Acção: Apoio ao Investimento.

Descrição: Aprovação de 1485 candidaturas, 1294 concluídas e 222 em execução.

Informação: Ao abrigo de que programas se enquadram as candidaturas e a que ilhas dizem respeito?

O Plano aprovado para 1997 previa, nesta acção, a aplicação das Portarias n.º 15/95, de 25/95, 55/91 e 4/95.

Quantas candidaturas foram recebidas, aprovadas, concluídas e em execução ao abrigo de cada um dos referidos programas e a que ilhas respeitam?

5 - Acção: Apoio ao Sector Cooperativo.

Informação: Qual o valor destinado a cada empresa, para pagamento dos encargos financeiros da Unileite e da Unicol, bem como para apoios financeiros à Uniqueijo e Lacto-Pico respectivamente?

6 - Acção: Apoio às Organizações de Produtores.

Descrição: Aprovação no âmbito do Proagri: 5, concluídos: 1, executados; 22.

Informação: Quais as organizações e qual o valor dos subsídios atribuídos a cada uma?

Descrição: Apoios directos a 18 organizações de agricultores.

Informação: Quais as organizações e o valor atribuído a cada uma ?

Descrição; Apoio a diversas organizações de produtores para aquisição de serviços, equipamentos e meios humanos.

Informação: Qual o valor dos apoios atribuídos e a que organizações?

7 - Acção: Rede de Abate Regional.

Descrição: Atribuição de subsídios para regularização de mercados agrícolas e mercado de gado vivo.

Informação: Que subsídios foram atribuídos, ao abrigo de que programas e a que ilhas se destinaram?

8 - Acção: Medidas Agro-Ambientais.

Descrição: 1769 beneficiários.

Informação: Número de beneficiários por ilha e para que medidas do Reg.(CEE) 2078/92.

Quantos beneficiários se situaram, respectivamente, nas bacias hidrográficas das Furnas e Sete Cidades?

9 - Acção; Novas Culturas.

Descrição: Aprovação de 82 candidaturas, 42 concluídas e 153 em execução.

Informação: A que áreas e a que ilhas se destinavam.

10 - Acção: Promoção de Produtos Açorianos.

Descrição: Financiamento de uma acção de promoção dos lacticínios açorianos no continente português.

Informação: Qual o conteúdo das acções executadas?

11 - Acção: Reforma Antecipada

Descrição: Aprovação de 175 candidaturas.

Informação: Qual a distribuição das candidaturas por ilhas e quantas se encontram em execução.

12 - Acção: Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC.

Descrição: 13 candidaturas seleccionadas.

Informação: Distribuição por ilhas e por medidas.

Quantas candidaturas se situavam, respectivamente nas bacias hidrográficas das Furnas e Sete Cidades?

13 - Acção: Fomento Florestal.

Descrição: Previa-se a aplicação da Portaria 27/95.

Informação: Qual o número de candidaturas recebidas, aprovadas e em execução em cada ilha, ao abrigo da referida portaria ?

14 - Acção: Caminhos Rurais.

Descrição; Rompimento de 5 Km de novos caminhos. Macadamização e revestimento betuminoso de 15,3 Km.

Informação: Quais os caminhos executados e revestidos e em que freguesias se situam?

15 - Acção: Infraestruturas de Apoio.

Descrição: Rompimento de 6,8 Km de novos caminhos. Macadamização e revestimento de 9,7Km.

Informação: Quais os caminhos referidos e em que freguesias se situam?

Ponta Delgada, 29 de Outubro.

O Deputado Regional, António Manuel S. Almeida".

Secretário (Guilherme Pinto): Dos Srs. Deputados Regionais do PSD, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro, o seguinte requerimento:

"Um novo matadouro para a ilha de São Miguel é uma infraestrutura imprescindível para o desenvolvimento do sector agro-pecuário, na sua fileira de carne.

Nessa perspectiva, o Governo Regional lançou um concurso para a elaboração do respectivo estudo/projecto, ao qual concorreram várias empresas da especialidade.

Não satisfeita com a decisão de adjudicação tomada pelo Governo, a empresa que melhor preço apresentou ao concurso recorreu para as instâncias judiciais, nos termos em que a lei determina.

Só que, intimado a pronunciar-se, o Governo Regional não o fez, deixando ultrapassar o prazo legal em que tal direito poderia ser exercido!

Denotando falta de sentido de responsabilidade, o Governo Regional deu tacitamente razão ao reclamante, acarretando daí mais encargos para o Orçamento da Região com um duplo pagamento para o mesmo empreendimento: o do estudo/projecto e o da indemnização!

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem:

- 1 - Cópia do contrato de adjudicação da elaboração do estudo/projecto do matadouro da ilha de São Miguel;
- 2 - Razões que motivaram o Governo Regional a não responder, atempadamente, à solicitação do Tribunal;
- 3 - Valor da indemnização paga ao reclamante e cópia da respectiva autorização.

Ponta Delgada, 31 de Outubro de 1998.

Os Deputados Regionais, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro".

Secretário José Aguiar): Um requerimento apresentado por três Deputados do PSD, cujo primeiro subscritor é o Sr. Deputado Humberto Melo, do seguinte teor:

"Recentemente, em alguns órgãos de comunicação social, particularmente nos jornais, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos - através do respectivo titular - divulgou uma exaustiva lista dos empreendimentos que foram levados a cabo nestes dois anos de mandato.

Importa, na realização desses empreendimentos, avaliar a eficácia e o rigor com que são dispendidos os recursos financeiros do Orçamento da Região.

Nesse enquadramento, conviria fazer um balanço da obra "construção de um aqueduto e de um aterro com reabilitação de um troço de pavimento na ER1-1ª, nos Fenais da Ajuda".

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem o seguinte:

- 1 - Valor do preço base, considerado pelo projectista, da obra posta a concurso;
- 2 - Forma jurídica da consulta, bem como as empresas concorrentes,
- 3 - Os critérios de apreciação das propostas concorrentes, bem como cópia do contrato de adjudicação;
- 4 - Cópia do plano de trabalhos e respectivo cronograma financeiro;
- 5 - Cópia dos autos de medição dos trabalhos executados até à data e respectivos pagamentos.

Ponta Delgada, 3 de Novembro de 1998.

Os Deputados Regionais, Humberto Melo, António Almeida e Ana Gomes Silva".

Secretário (Guilherme Pinto): Um requerimento dos Srs. Deputados do PSD, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro, do seguinte teor:

"Nova contradição surge no processo do posto de combustíveis de Água de Pau. Parece mesmo haver indícios de desrespeito pela lei e pela salvaguarda do interesse público em prejuízo do particular

Em 3 de Dezembro de 1997, sobre aquela questão, a Directora Regional do Ambiente emitiu o seguinte parecer:

"A instalação de bombas de gasolina e correspondentes anexos de serviço, em locais integrados nas áreas urbanas, são inconvenientes, quer à luz da legislação sobre a matéria quer ainda porque pode provocar perturbações no funcionamento urbano dos locais.

No local em causa há ainda a referir que se trata de zona de grande circulação à entrada do aglomerado urbano e em ponto de conflito de tráfego.

De salientar, que o local, embora perto da E.R. está todavia numa via de características urbanas e como tal, as cautelas e condicionalismos, ultrapassam os que são habituais para as estradas regionais.

Deste modo, somos de parecer negativo à instalação de um Posto de Abastecimento de Combustíveis".

Ora, tendo em consideração o conteúdo claramente negativo e a própria natureza da entidade que o emite, importa clarificar os procedimentos decorrentes e que levaram a Secretaria Regional da Economia a deferir a autorização para a instalação do posto de abastecimento. É a esse departamento governamental que, em última instância, cabe decidir do licenciamento em matéria de combustíveis.

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da região, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem as seguintes informações:

1 - Razões concretas e fundamentadas que levaram a não considerar o parecer da Direcção Regional do Ambiente em matéria com especial incidência e sensibilidade para o ambiente.

2 - Pressupostos legais e parecer técnico que suportaram o despacho de autorização.

Ponta Delgada, 5 de Novembro de 1998.

Os Deputados Regionais, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro".

Secretário (José Aguiar): Dos Srs. Deputados Regionais Humberto Melo e José Manuel Bolieiro, o seguinte requerimento:

"A Central do Caminho da Levada tem sido uma dor de cabeça para os moradores. Aos efeitos nefastos que arrasta para a vizinhança ao nível de fumos, vibrações e ruídos acresce, agora, a inoperância das autoridades.

A lei é para ser cumprida por todos, sejam empresas privadas ou públicas, independentemente da sua dimensão.

É verdade - segundo alega a EDA - que o estabelecimento em causa é essencial para manter o nível de segurança do sistema de abastecimento de energia eléctrica à ilha de São Miguel. Mas, o que já não é admissível é que a comissão de moradores ande de "Pôncio para Pilatos" e todos lavam as mãos, sem nada resolver.

Ora, está em jogo o direito das populações ao sossego e ao bem-estar e a lei determina, claramente, parâmetros de aferição ambiental.

A unidade de produção térmica de energia eléctrica está sob a alçada do licenciamento da Secretaria Regional da Economia a quem cumpre zelar pelo cumprimento da lei, verificando as condições de funcionamento e avaliando o impacto ambiental produzido.

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, referem as seguintes informações:

- 1 - Data da última vistoria técnica realizada àquela central pelos serviços competentes da Secretaria Regional da Economia,
- 2 - Entidades que integravam aquela comissão de vistoria e respectivo parecer final;
- 3 - Eventuais medidas que foram determinadas à EDA para atenuar os efeitos nefastos e prazo fixado para o seu cumprimento.

Ponta Delgada, 9 de Novembro de 1998.

Os Deputados Regionais, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Um requerimento dos Srs. Deputados Regionais do PSD, Francisco Xavier Rodrigues e Ana Carolina Silva, do seguinte teor:

"As inundações que, no passado dia 1 de Outubro, atingiram a Ribeira Seca provocaram avultados prejuízos à freguesia e à população.

A construção de uma nova estrada - variante sul à cidade da Ribeira Grande - contribuiu de forma decisiva para o agravamento dos prejuízos que as referidas inundações provocaram, designadamente com o arrastamento de "terras".

A introdução desse novo troço viário se constitui um factor de melhoria da rede viária da ilha e da cidade da Ribeira Grande, no entanto, vem também alterar profundamente a morfologia do solo e o sistema de escoamento pluvial de toda aquela zona.

O traçado daquela circular apresenta vários cruzamentos, nomeadamente, com os caminhos da Mediana, Santa Bárbara, Vulcão e Mafoma e com a ribeira da freguesia da Ribeira Seca.

Convém acautelar as consequências do regime de escoamento pluvial e do eventual transporte e acumulação de terras que poderão acontecer naqueles cruzamentos, em caso de ocorrer forte pluviosidade.

Há que evitar, por todos os meios ao nosso alcance, tudo o que poderá potenciar os perigos de futuras inundações.

A presente situação aqui descrita tem sido motivo de muitas e justas preocupações para a população daquela freguesia e para os seus mais directos responsáveis.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem as seguintes informações:

1 - Está projectada a descarga pluvial do todo ou parte da variante para a ribeira da Ribeira Seca?

2 - Está contemplado no projecto da obra o estudo da capacidade de escoamento da ribeira para a acrescida descarga pluvial da variante, em momentos de pluviosidade intensa, atendendo à capacidade da secção de vazão das pontes e ao reduzido leito da ribeira?

3 - Para os cruzamentos da variante com os caminhos da Mediana, Santa Bárbara, Vulcão, e Mafoma, está projectada a construção de estruturas para a retenção de eventuais terras arrastadas por águas de escoamento superficial?

Horta, 10 de Novembro de 1998.

Os Deputados Regionais, *Francisco Xavier Rodrigues e Ana Carolina Silva*".

Secretário (*José Aguiar*): Dos Srs. Deputados Regionais Humberto Melo e José Manuel Bolieiro, o seguinte requerimento:

"O Governo Regional não consegue dar boa conta de investimentos estratégicos para a ilha de São Miguel. E, vão já decorridos dois anos de mandato!

Quando as obras avançam, relativamente ao plano inicial, a solução é pará-las, como acontece com a construção do porto de pescas de Rabo de Peixe. Quando se atrasam, a acção governativa é incapaz de encontrar, em tempo oportuno, soluções para ultrapassar os problemas, como é o caso da 2ª. circular a Ponta Delgada, cujo prazo de conclusão está ultrapassado em mais de um ano! Mesmo depois de sucessivos adiamentos de data a recente inauguração do troço S. Gonçalo/Hospital

foi feita à pressa e a más horas, pois basta lá passar para ver situações intoleráveis de elevado risco que põem em causa a segurança de quem lá circula.

Mas, o pior é o Hospital do Divino Espírito Santo, cujo arranque se faz aos "soluços".

Há muitos e muitos meses que as obras de construção civil estão concluídas sem que o apetrechamento esteja completo, fazendo transparecer falta de planeamento e de estratégia para concretizar um investimento tão importante e imprescindível para o sector.

A Saúde está doente!

Não fora o empenho e a dedicação com que os profissionais de saúde - médicos, pessoal de enfermagem e técnicos de saúde - exercem e desenvolvem a sua acção e as situações, muitas vezes chocantes, trazidas a público pela comunicação social, atingiriam maior frequência, constituindo falta de respeito pela dignidade humana, particularmente para os que procuram os serviços do hospital de Ponta Delgada, cujas instalações estão a rebentar pelas costuras mostrando-se inadequadas à actualidade.

É preciso que a transferência para as novas instalações se faça com critérios de eficiência económica e de prioridade estratégica no plano de saúde e não às "pinguinhas", mais parecendo que nunca chegará ao fim.

O Hospital do Divino Espírito Santo é uma peça instrumental essencial do Sistema Regional de Saúde e, por isso, urge pô-lo ao serviço dos Açorianos.

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem as seguintes informações:

1 - Data previsível para a entrada em pleno funcionamento do Hospital do Divino Espírito Santo.

2 - A transferência dos actuais serviços (hospital de Ponta Delgada) far-se-á como até agora ou, mesmo sendo parcelar, será assumida numa perspectiva de maior rentabilidade económica dos investimentos.

3 - As grandes medidas adoptadas para que, ao nível de recursos humanos, não hajam deficiências estranguladoras do bom funcionamento da nova unidade hospitalar.

Ponta Delgada, 11 de Novembro de 1998.

Os Deputados Regionais, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro".

Secretário (Guilherme Pinto): Um requerimento dos Srs. Deputados Regionais do PSD, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro, do seguinte teor:

"Realmente o posto de abastecimento de combustíveis em Água de Pau é uma autêntica "bomba de surpresas".

É que as obras para a sua instalação são a pouco mais de 15/20 metros de um fontenário que é considerado património relevante, desrespeitando a legislação em vigor.

Na verdade, a Resolução n.º. 304/96, de 24 de Outubro, pôs em vigor o Plano Director Municipal da Lagoa. E, no seu artigo 13º é estabelecida uma zona de protecção de 100 metros para imóveis de interesse patrimonial (classificados ou com processo de classificação iniciado, de entre os quais está o "Fontenário - Estrada Regional - Água de Pau").

Por outro lado, o Decreto Regulamentar Regional n.º 8/97/A, de 14 de Abril vem determinar no seu artigo 2º que não podem ser autorizadas obras na área de protecção sem prévio parecer favorável do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto PolíticoAdministrativo da Região, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem as seguintes informações:

1 - Cópia do competente parecer da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais;

2 - Caso não tenha sido emitido, por falta de solicitação das entidades competentes, para autorizar as obras (Câmara Municipal de Lagoa) ou para proceder ao licenciamento do posto de abastecimento (Secretaria Regional da Economia), que intervenção a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais pretende levar a cabo para fazer cumprir a lei e, acima de tudo,

salvaguardar aquele elemento patrimonial, cujo processo de classificação se iniciou em 1996?

Ponta Delgada, 13 de Novembro de 1998.

Os Deputados Regionais, Humberto Melo e José Manuel Bolieiro".

Secretário (*José Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional Paulo Valadão, da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, o seguinte requerimento:

"Exmo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

Teve esta Representação Parlamentar conhecimento que a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais indeferiu o funcionamento nocturno, na Escola Secundária Básica Dr. Manuel de Arriaga, na Horta, do 12º ano da reforma anterior à actual.

Sabe-se que a lei estabeleceu que o ensino nocturno daquela reforma do ensino secundário pode vigorar até ao ano 2000, com realização de exames até 2002.

Sabe-se também que na Horta, com matrícula consumada ou com intenção de se matricular, aguardando uma decisão da Secretaria Regional, existem pelo menos 24 alunos.

Sabe-se ainda que neste tipo de ensino as matrículas são possíveis até ao mês de Dezembro, pelo que o número anterior pode ainda aumentar.

Com esta decisão, apenas anunciada no passado dia 11 de Novembro, a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais e a Direcção Regional da Educação demonstraram um profundo desrespeito pelos alunos adultos e trabalhadores que, com grande sacrifício, têm procurado melhorar a sua formação escolar, retirando-lhes, objectiva e brutalmente um direito que lhes assiste em termos de aulas até ao ano 2000 e em termos de exames até ao ano de 2002.

A única razão que poderia fundamentar uma decisão deste tipo seria a inexistência de alunos o que não é o caso. Convém ainda esclarecer que o número de matrículas completas só não atingiu pelo menos o montante atrás indicado (24) uma vez que a Secretaria da Escola, face ao facto de não haver uma decisão superior, recomendou aos alunos que aguardassem essa mesma decisão.

Face ao exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis requieiro ao Governo Regional, com muita urgência, resposta às questões seguintes:

1.º - Quais os fundamentos da decisão de indeferir o funcionamento na Horta do 12.º ano nocturno (antiga reforma) no ano lectivo em curso?

2.º - Está o Governo Regional disposto a rever e anular essa decisão, indo assim de encontro às necessidades e direitos de um número de trabalhadores estudantes que viabilizem esse curso?

Assembleia Legislativa Regional, 13 de Novembro de 1998

O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão".

- Do Sr. Deputado Regional do PSD, Aires Reis, o seguinte requerimento:

"Tendo em conta cartas, requerimentos, reportagens televisivas e informações dos serviços da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente sediados nesta ilha, sobre o estado em que se encontra o muro de suporte junto à baía da Fajã de São João , ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, venho requerer a V. Exa se digne obter informação do Governo Regional sobre:

1 - O Governo Regional tem conhecimento deste assunto ?

2 - O Governo Regional já planeou alguma intervenção para resolver o assunto?
Se sim, quando se inicia essa intervenção?

3 - Na eventualidade do muro cair, o Governo Regional assume a responsabilidade de repor a normalidade, bem como de as consequências daí resultantes ?

Topo, 18 de Novembro de 1998.

O Deputado Regional, Aires António Fagundes Reis".

Secretário (Guilherme Pinto): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Aires Reis, do Partido Social Democrata:

"1. O transporte de alunos residentes a mais de 3 Km está assegurado, cumprindo-se assim, o ponto 2 do artº 13º da Portaria nº 30/98 de 16 de Julho.

Relativamente aos alunos residentes a menos de 3 Km, dar-se-à cumprimento ao ponto 3 do artº 13º do referido diploma.

2. Aquando da abertura da extensão da EB 2,3/S Padre Manuel Azevedo da Cunha no Topo, era do conhecimento público a inexistência de condições para a

confeccção de refeições no espaço existente. Com a construção da Escola Básica Integrada do Topo, tal situação estará salvaguardada.

A questão que se coloca é quais os meios existentes para atingir a melhor solução transitória.

Assim, e para que os alunos não ficassem privados de refeições foi implementado o fornecimento de refeições ligeiras no Bufete, em moldes semelhantes aos praticados na EB 2,3/S de São Roque.

Em simultâneo a ser desenvolvidos contactos com entidades locais por forma a sensibilizá-las ao fornecimento de refeições.

Cabe referir que, no ano transacto, esta prestação de serviço foi assegurada por uma instituição privada, tendo a Administração Regional (FRASE) investido em equipamento térmico para o transporte dos alimentos.

3. As dotações iniciais atribuídas são manifestamente insuficientes tendo correspondido à transferência de verbas da ex-Direcção Escolar de Angra do Heroísmo e da Direcção Regional da Educação (Equipas de Educação Especial).

A previsão de reforço, até final do ano, cifra-se em cerca de 22 mil contos.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Secretário (*José Aguiar*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado José Maria Bairos, do Partido Social Democrata:

"1 - O actual sistema de esgotos do matadouro da ilha de Santa Maria vem sendo submetido a um estreito acompanhamento, aguardando-se a apresentação de um projecto, a efectuar por um técnico de engenharia que presta serviço à Câmara Municipal de Vila do Porto, que visa a alteração do referido sistema de esgotos;

2 - Brevemente, a direcção do IAMA reunirá com a Câmara Municipal de Vila do Porto, com vista à selecção final da futura localização do matadouro de Santa Maria;

3 - As obras de construção do novo matadouro da ilha de Santa Maria serão integradas no plano de investimentos do Governo para o ano 2000.

Com os melhores cumprimentos

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Aires Reis, do Partido Social Democrata:

"Em resposta ao Requerimento nº. 1836, apresentado pelo Senhor Deputado Aires Reis, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. A "Controlauto - Açores" aquando do início da actividade no ano de 1997 em S. Jorge, admitia em 97/06/02 que estaria naquela Ilha cerca de mais 2 meses;
2. Posteriormente em face do decréscimo de marcações em inspecções, divulgou que deixaria a Ilha nos finais de Junho de 1997. Tal facto, provocou uma afluência ao Centro de Inspeções de modo que teve que permanecer mais tempo, tendo realizado naquele ano 1.546 inspecções.

Tendo sido decidido efectuar alternativamente as inspecções no Concelho das Velas e da Calheta, como acontece em outras Ilhas, o que se justifica pela logística do sistema em apreço e dos custos de montagem;

3. Durante o ano de 1996 o Centro realizou na Ilha 1.754 inspecções (Calheta e Velas). Neste momento, estavam incluídos 352 veículos de 2 rodas que, depois de aprovados, só comparecerão em 1998 (inspecção com validade bianual);
4. Considerando que o Centro deslocou-se à Calheta e ao Topo, para realização de inspecções a veículos de 2 rodas, tractores e reboques agrícolas, e que não faltou muitos veículos às inspecções de 1996, concluiu-se que a campanha iniciada pela Câmara Municipal da Calheta não produziu, junto dos proprietários locais, os efeitos que eram pretendidos.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Secretário (*José Aguiar*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Manuel Teixeira Brasil, do Partido Social Democrata:

"Em resposta ao Requerimento nº. 1825, apresentado pelo Senhor Deputado Manuel Teixeira Brasil, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1 - Foi publicado no Jornal Oficial o Aviso para apresentação dos projectos de remodelação do matadouro da ilha de S. Jorge, cujo prazo termina em 29 de Outubro p.f.;

2 - As obras de remodelação do matadouro da ilha de S. Jorge iniciar-se-ão durante o primeiro semestre de 1999, dependendo apenas da aprovação pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores das propostas de Plano e Orçamento para o próximo ano.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Humberto Trindade Borges de Melo, cujo assunto é nomeação do representante dos trabalhadores na Comissão de Fiscalização da Lotaçor:

"Em resposta ao Requerimento nº. 1950, cujo primeiro subscritor é o Senhor Deputado Humberto Trindade Borges de Melo, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1 - Por não se tratar de um acto de constituição da Comissão de Fiscalização, mas antes de uma simples substituição, não foram, por essa razão, consultados os trabalhadores da empresa;

2 - O trabalhador João Luís Chaves Oliveira tomou posse do cargo em 20 de Setembro de 1997, conforme a acta nº. 70 da Comissão de Fiscalização da Lotaçor, E.P..

Com os melhores cumprimentos

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Secretário (*José Aguiar*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Srs. Deputados Manuel da Silva Azevedo e Duarte Freitas, do Partido Social Democrata:

"Em resposta ao Requerimento nº. 2710, apresentado pelos Senhores Deputados Manuel da Silva Azevedo e Duarte Nuno Freitas, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1 - No cumprimento dos prazos contratualmente estabelecidos, está em curso a elaboração do estudo de impacte ambiental das obras de protecção da orla costeira das Lajes do Pico;

2 - Uma vez recebido o referido estudo, o mesmo será sujeito a um processo de consulta e divulgação públicas, findo o qual se avançará para o concurso para a elaboração do projecto, ao que se seguirá o processo de concurso para execução da obra;

3 - A Calendarização e execução da obra depende da aprovação das propostas dos Planos e Orçamentos para 1999 e 2000, onde serão inscritas verbas para o efeito.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Regional, Manuel Teixeira Brasil, do Partido Social Democrata:

"Em resposta ao Requerimento nº 1826, apresentado pelo Senhor Deputado Manuel Teixeira Brasil, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1 - O projecto da nova Casa de Matança de São Jorge custou Esc: 16.000.000\$00;

2 - O terreno destinado à implantação da nova Casa de Matança de São Jorge, custou à Região a quantia de Esc: 6.000.000\$00, tendo as respectivas obras de terraplanagem e acessos sido efectuadas por serviços oficiais;

3 - Foi paga à empresa Castanheira e Soares, Lda. uma indemnização, nos termos do n.º 2 do artigo 215.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Secretário (*José Aguiar*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Mark Silveira Marques, do Partido Social Democrata:

"Em resposta ao Requerimento n.º 2110 apresentado pelo Senhor Deputado Mark Silveira Marques, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpro-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1 - A melhor forma de assegurar o acesso de todos ao marisco em questão passa pela justa distribuição de licenças e controlo efectivo das capturas da lapa, sem o que não será possível garantir a correcta gestão deste recurso e a sua exploração continuada;

2 - De forma alguma se pode ver o indeferimento de alguns pedidos de licenciamento como um incentivo à apanha clandestina de lapas. Antes pelo contrário, a situação de licenciamento sem controlo, que se vinha verificando, constituía um estímulo à venda clandestina;

3 - O licenciamento por si só não funciona como uma forma de controlo dos stocks, desde que os pescadores continuem a não dar conhecimento em lotas das respectivas capturas:

4 - Recorde-se que muitos dos indivíduos agora sem licença simplesmente "nunca comercializaram lapas", não obstante sistematicamente verem essa actividade licenciada;

5 - A Direcção Regional das Pescas continuará a licenciar novos pescadores, embora de forma condicionada, visando garantir a desejada exploração continuada daquele recurso;

6 - Por tudo isto, não vislumbramos elementos ou argumentos que justifiquem qualquer reapreciação deste assunto.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Regional, Mark Silveira Marques:

"Em resposta ao requerimento n.º 2236, apresentado pelo Senhor Deputado Mark Silveira Marques, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a seguinte informação:

1 - Das situações inventariadas, em devido tempo, deverão ser apoiadas, face aos respectivos relatórios de vistoria, cerca de 12 habitações.

Foram realizadas vistorias a cerca de 50 habitações sendo que a maioria dos danos, se referiam a casas de arrumos;

2 - O apoio a conceder para a recuperação das habitações afectadas será de carácter financeiro, nos termos propostos no Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/98/A, de 25 de Setembro;

3 - O valor previsto para fazer face aos prejuízos causados pelo terramoto ronda os 30 mil contos, estimativa que resulta dos levantamentos efectuados.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Secretário (*José Aguiar*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Manuel da Silva Azevedo, do Partido Social Democrata:

"1. Relativamente ao licenciamento para extracção de inertes em terra, na ilha do Pico.

1.1 - Licenças de estabelecimento atribuídas para exploração de massas minerais:

Data de licença: 21 de Abril de 1995;

Titular da licença: Tecnovia Açores - Sociedade de Empreitadas, SA;

Local de Exploração: Lugar da Barca - Concelho de Madalena

1.2 - Pedidos de atribuição de licença de estabelecimento que decorrem nestes serviços:- Pedido de João Gonçalves Martins para explorar no lugar de Cabeço dos Toledos, freguesia, Concelho da Madalena;

- Pedido de João Gonçalves Martins para explorar no lugar de Cabeço dos Toledos, freguesia, Concelho da Madalena;

- Pedidos da Câmara Municipal de S. Roque do Pico para explorar nos lugares de Cabeço da Queimada e Cabeço Vermelho, pertencentes, respectivamente, às freguesias de Santo António e Prainha;

- Pedido de José Artur da Cruz Leal para explorar no lugar de Relvas, freguesia de S. Mateus, Concelho da Madalena.

2- Sendo certo que as licenças de estabelecimento para exploração de pedreiras ano são atribuídas por prazo fixo (extinguem-se quando a exploração e recuperação são consumadas, a menos que ocorram outras situações excepcionais previstas na lei), em termos de condicionantes à actividade de extracção, são aplicadas as regras estabelecidas nos Decretos-Leis n.º 89 e 90, de 16 de Março de 1990, e no Decreto-Lei n.º 161/90, de 22 de Maio.

3 - A Direcção Regional do Ambiente é consultada para emissão de parecer vinculativo nos seguintes termos:

- Ao abrigo do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 89/90, de 16 de Março, do qual decorre que o parecer a emitir se refere à viabilidade da exploração relativamente à sua localização;

- Ao abrigo do artigo 20.º do mesmo diploma, cujo parecer deverá incidir sobre as medidas apontadas no pedido de exploração em matéria de preservação/protecção da qualidade ambiental e da recuperação paisagística.

Com os melhores cumprimentos e elevada consideração,

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento dos Srs. Deputados Regionais do PSD, Alberto Romão Madruga da Costa e Eugénio Manuel Pereira Leal:

- "1 - O número de casas (moradias) afectadas pelo sismo é de 1716;
- 2 - O número de casas (moradias) destruídas pelo sismo e que carecem de total reconstrução ou têm um grau de destruição superior a 50%, é de 753;
- 3 - O número de casas (moradias) com um grau de destruição entre 25% e 50% é de 378;
- 4 - O número de casas (moradias) com um grau de destruição entre 10% e 25% é de 375;
- 5 - O número de casas (moradias) com um grau de destruição inferior a 10% é de 210;
- 6 - O número de famílias desalojadas ronda as 580.

Com os melhores cumprimentos e elevada consideração,

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*".

Presidente: Srs. Deputados, estão cumpridos os 45 minutos previstos para a leitura do expediente.

Passaremos agora ao ponto seguinte do PAOD que, segundo o novo Regimento, seria destinado à apresentação dos relatórios de deputações e representações.

Como não há nenhum desses relatórios na Mesa, passaremos ao que é agora o ponto 3 do Período de Antes da Ordem do Dia que se destina à apresentação dos votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar propostos pela Mesa ou por algum deputado.

Temos presente na Mesa um Voto de Pesar.

Em relação à discussão dos votos há também uma disposição nova no Regimento que diz que a sua discussão é feita no tempo a que têm direito os Grupos e Representações Parlamentares que intervierem na discussão. Entende-se aqui é que tem direito no tempo total para o Período de Antes da Ordem do Dia que, também segundo o novo Regimento, é o seguinte:

PS - 52 m

PSD - 52 m

PP - 26 m

PCP - 20 m

Governo - 20 m

Tirando o tempo do Governo, temos 2,5 horas para o Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos então passar à apreciação e votação do Voto de Pesar apresentado pelo Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Pesar

Morreu o Dr. José Orlando Bretão. Foi a enterrar, no Cemitério do Livramento, em Angra do Heroísmo, no passado dia 25 de Outubro.

Os Açores perderam um filho ilustre, de que podem e devem orgulhar-se.

O Dr. José Bretão, advogado ilustre, chamava-se a si mesmo, em jeito de humildade e simplicidade "um angrense de ao pé da Sé", mas a verdade é que a sua dimensão ultrapassou largamente a fronteira da sua Ilha.

Democrata de sempre, espírito irrequieto e perspicaz, o Dr. José Bretão colocou, predominantemente, o seu saber de jurista ao serviço da causa sindical e dos mais desfavorecidos.

O seu profundo amor à terra açoriana e à sua gente tornaram-no particularmente atento à cultura popular e a sua natural apetência pelas questões sociais fizeram dele, desde cedo, um homem empenhado em tudo o que pudesse ajudar a promover a causa dos seus conterrâneos.

Vê-mo-lo, na primeira linha dos fundadores da República dos Corsários das Ilhas, em Coimbra e na Fundação de várias agremiações sociais e desportivas na Ilha Terceira.

Homem de reconhecido talento, conversador eloquente, diversificou a sua actividade por sectores culturais de índole artística e etnográfica.

Cultivou, com mestria, a pintura "naif" na qual se vê retratada e plenamente identificada a sua alma de artista com o mundo real da ingenuidade dos desfiles

e das manifestações populares que apaixonaram o pintor e caracterizam esse estilo artístico.

Como etnógrafo, o Dr. José Orlando Bretão granjeou indiscutível autoridade no aprofundamento e desenvolvimento da temática tanto ao gosto da cultura terceirense das "Danças de Entrudo" e do Teatro Popular da Ilha Terceira, cujo 1º volume em breve será publicado.

Tendo em conta as considerações feitas, o Grupo Parlamentar do Partido Popular, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em Plenário no dia 24 de Novembro 1998, a aprovação deste Voto de Pesar pela morte do ilustre açoriano Dr. José Orlando Bretão.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Novembro de 1998

O Deputado Regional do PP, *Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro*".

Presidente: Para intervir sobre este voto tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se a este voto de pesar ao Dr. José Orlando Bretão.

Como o próprio voto refere, foi, de facto, um ilustre açoriano.

Tive a honra e o privilégio de poder com ele privar, quer como pessoa quer como profissional e não posso deixar de aproveitar esta oportunidade para realçar, acima de tudo, a defesa intransigente que o Dr. José Orlando Bretão fazia dos princípios e dos ideais em que acreditava.

Mas, tão mais importante que a defesa intransigente desses princípios e desses ideais, o que também deve ser realçado na sua personalidade e no seu carácter é a coerência entre aquilo que ele defendia, os valores que perfilhava, a sua postura e a sua acção, quer como homem quer como profissional num empenhamento sempre constante da defesa intransigente dos interesses dos mais fracos e dos mais desprotegidos.

Por outro lado, foi um homem, como o próprio voto também refere, de cultura, foi um homem capaz de ser um profissional de foro, foi um homem que dedicou grande parte do seu tempo à cultura e acima de tudo ao estudo, à investigação e à divulgação do teatro popular, nomeadamente o desenvolvimento da temática das danças de entrudo, que são muito queridas na ilha Terceira.

E, falando na Ilha Terceira, a par de tudo isto, quer como homem quer como profissional, foi também um grande defensor dos interesses, das questões e dos problemas que diziam respeito à sua terra. Era, de facto, um homem que defendia, que gostava, acima de tudo, da sua terra.

Por fim não posso deixar de referir que, como profissional, além dum brilhante orador e um brilhante advogado, foi sempre um homem que se pautou, quer como pessoa quer como profissional, por uma relação com base nos princípios da lealdade, da sinceridade e da frontalidade.

Por tudo isso, o Partido Social Democrata associa-se, naturalmente, a este voto de pesar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Partido Comunista Português associa-se ao voto de pesar apresentado pelo CDS/PP, votando favoravelmente aquilo que podemos considerar uma última homenagem prestada por esta Assembleia ao Dr. José Orlando Bretão, homem interveniente na nossa sociedade, activo, participante e defensor intransigente dos seus princípios.

Tive oportunidade de ter vastos contactos com o Dr. Bretão, quer em termos profissionais quer sociais e, por isso mesmo, entendemos que ele merece que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores reconheça os méritos que teve na sua actividade, quer no que diz respeito aos aspectos sociais e profissionais quer no que diz respeito a todo o processo cultural que ele sobremaneira cultivou e divulgou.

Por tudo isto associamo-nos e entendemos que este voto de pesar é merecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se e subscreve inteiramente o teor do voto de pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular.

José Orlando Bretão foi um democrata sincero desde a primeira hora.

(O Sr. Deputado Silva Melo comovido não consegue terminar a sua intervenção, passando a palavra ao Sr. Deputado Fernando Meneses).

Deputado Fernando Meneses (PS): Vou procurar ler o que tinha aqui escrito, em notas, o Sr. Deputado Silva Melo:

"Para ele as palavras liberdade, igualdade e fraternidade não eram palavras vãs, constituíam direitos intrínsecos ao ser humano pelos quais se bateu durante toda a sua vida".

Diz aqui o Deputado Silva Melo:

"Meu amigo!

Entraram juntos para a Faculdade de Direito de Coimbra, juntos participaram na campanha do General Humberto Delgado para a eleições à Presidência da República e juntos participaram em quase todos os acontecimentos estudantis em prol da democracia que se travaram no nosso país.

Em Coimbra foi um destacado elemento do Orfeão da Universidade de Coimbra.

Regressado aos Açores, José Orlando Bretão tomou parte activa nos principais acontecimentos políticos, sociais e culturais da sua terra natal e deixou o seu cunho muito pessoal em quase todos eles.

O seu escritório era sempre uma porta aberta a todos aqueles que procuravam simplesmente justiça.

Ao homem bom, ao democrata de sempre, ao livre pensador aqui fica a nossa homenagem sincera".

Diz o Deputado Silva Melo: "Um abraço amigo e até breve".

O Grupo Parlamentar do PS, naturalmente, subscreve estas palavras com muita comoção.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de pesar, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte do Período de Antes da Ordem do Dia destinado às **intervenções de interesse político-relevante para a Região.**

Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados, chamaria a atenção para algumas disposições do Regimento, algumas das quais já são antigas, mas que convém aplicá-las numa forma estrita e mais rigorosa do que tem sido feito até aqui e, nomeadamente, porque tem mais interesse de momento, eu chamaria a atenção para duas disposições que são as do artigo 105.º, n.º 2 e que poderá vir a ter a aplicação já depois das primeiras intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia e esse n.º 2 do artigo 105.º diz: "Os deputados que queiram formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se logo que finda a intervenção que os suscitou, sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição."

Efectivamente essa norma constava do Regimento anterior e não tinha sido aplicada, pelo menos, nos tempos mais recentes o que levava por vezes a infringir, não só a norma que já constava do Regimento, ou seja, a inscrição imediatamente a seguir à intervenção que suscita o esclarecimento, mas também levava a uma outra consequência, que tinha por efeito prolongar a discussão, que era a introdução, a propósito dos temas constantes da intervenção inicial, de outros assuntos que já não tinham nada a ver com a intervenção inicial.

Em termos práticos o que passará a acontecer será que, depois de cada intervenção, haverá um tempo para inscrições e os Srs. Deputados que queiram pedir esclarecimentos sobre essa intervenção deverão fazer a sua inscrição, e só esses terão direito a pedir esclarecimentos sobre a matéria da intervenção inicial.

É evidente que, a propósito dos pedidos de esclarecimento, podem suscitar outros pedidos de esclarecimento, protestos, etc., mas não poderão é aparecer, por parte da iniciativa doutros deputados, solicitações de esclarecimento em relação à temática inicialmente constante da intervenção que origina todo esse processo.

Isto parece-me ser importante para disciplinar melhor a discussão e para manter dentro de limites razoáveis sem a prolongar excessivamente e sem a derivação para outros assuntos que só remotamente tinham relação com a intervenção inicial.

Uma outra disposição, que é a do artigo 113.º, n.º 4 que diz o seguinte: "Aproximando-se o termo do tempo regimental o deputado ou o membro do Governo Regional será advertido pelo Presidente para resumir as suas considerações. Até aqui, nesta Presidência, tinha-se por hábito fazer essa advertência ao deputado interveniente quando chegava ao fim do tempo regimental. O Regimento prevê - já o anterior também previa - que isso se faça antes de atingir o termo regimental previsto para a intervenção ou o pedido de esclarecimento para, digamos, cortar mais facilmente a tendência para prolongar para além do tempo inicialmente previsto.

Portanto, iríamos ter, desde hoje, em consideração essas disposições, a partir das intervenções que vão ser feitas a seguir.

Há mais uma ou duas que foram tidas em conta e consideradas na Conferência de Líderes, mas que não têm interesse imediato e ficávamos por estas duas observações em relação a disposições do novo Regimento.

Para uma intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como é do conhecimento público, no passado dia 3 do corrente mês, fortes chuvadas caíram sobre a ilha do Corvo, causando graves prejuízos materiais, tanto ao nível de bens do domínio público incluindo equipamentos, como ao nível de bens particulares, chegando a temer-se pela própria segurança e vida das pessoas, de uma forma dramática.

A Câmara Municipal, sem olhar a qualquer outra motivação que não fosse zelar pela segurança das pessoas, aliás como lhe compete, esteve na primeira linha de actuação numa intervenção urgente que se impunha procurando de imediato, ainda que algumas soluções fossem, naturalmente, de carácter provisório,

resolver e atenuar os efeitos nefastos desta situação de anormalidade climatérica.

Foi exemplo disso o desvio imediato do curso das águas para locais afastados da Vila, de modo a que a segurança de pessoas e bens ficasse imediatamente acautelada.

No entender do Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, e a pretexto de a "sua" Secretária ter já adjudicado uma obra para realização desses trabalhos na zona de intervenção Municipal acima descrita "Estrada do Caldeirão" e "Estrada Leste", considerou ilegítima e incompetente a actuação da Câmara Municipal e do seu Presidente.

Não posso deixar passar esta oportunidade para responsabilizar directamente o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, pelas consequências que outra qualquer grave ocorrência a surgir possa provocar e que ponha em causa a segurança de pessoas e bens por tardia e incompetente intervenção daquele Departamento Governamental.

A propósito quero também deixar aqui o meu protesto pelo facto de os Srs. Directores Regionais da Habitação e Ambiente se terem deslocado à ilha do Corvo, a propósito destas ocorrências, e não terem sequer dado conhecimento à Câmara Municipal. É este o estilo a todos os níveis da governação socialista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Agora que a obra do Porto da Casa está prestes a terminar, e com algumas alterações de duvidosa qualidade, nomeadamente a construção de uma parte do muro de protecção do Cais que tem 50 cm de altura, e 50 de largura, talvez este servisse,

a nosso ver, mas não somos técnicos, para separar as lagoas do Caldeirão que como todos sabem não têm águas agitadas..,

Uma vez mais, e já que falamos de portos, insisto na necessidade e urgência de encontrar transportes marítimos que respondam aos anseios dos corvinos, garantindo com regularidade e segurança o abastecimento da nossa lha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para terminar quero também lembrar o Governo do Partido Socialista que a Câmara Municipal do Corvo fez há dois anos um investimento avultado em equipamento de estomatologia para apetrechar o Centro de Saúde, com o compromisso de que a Secretaria Regional da Saúde e Assuntos Sociais desenvolveria os esforços necessários à vinda regular de um médico - Dentista ao Corvo,

Pelo que apuramos, este compromisso está por cumprir já que durante todo este tempo apenas se verificou a deslocação do especialista em causa duas ou três vezes.

Que se prometa menos e se cumpra mais.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado João Greves)

Presidente: Em cumprimento daquilo que foi referido há pouco, peço aos Srs. Deputados para se inscreverem, se porventura desejarem pedir esclarecimentos. Faço notar que esta disposição aplica-se, segundo a letra do Regimento, apenas aos Srs. Deputados.

Parecendo não haver nenhum Sr. Deputado que pretenda pedir esclarecimentos sobre a intervenção feita, vamos passar a outra intervenção. Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostaria de dizer que esta intervenção tem um título. Chama-se "A Saúde nos Jornais".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quem tenha estado atento à comunicação social, escrita e falada, oriunda essencialmente da Ilha de São Miguel terá verificado que nos últimos, 15 dias, a Saúde foi alvo sistemático de diversas notícias.

As perspectivas sobre as quais se abordou a matéria foram de diferentes ordens, desde as oriundas da visita de deputados do PSD a Centros de Saúde e contacto com a Ordem dos Médicos - com as respectivas notícias sob títulos chamativos, por vezes "histriónico-dramáticos" e dessincronizados dos seus conteúdos, até a visita à Região de um alto dirigente do Sindicato Independente dos Médicos a quem, a dada altura surgiu a veia de comentador de construções hospitalares, numa súbita inspiração divina, para não ter que se falar em total ignorância acerca do histórico do novo Hospital de Ponta Delgada, nomeadamente as razões de se ter privilegiado a horizontalidade em desfavor da verticalidade na sua arquitectura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não se compreende que um dirigente sindical, responsável pela denominada greve "self-service", que no âmbito da sua deslocação à Região, deveria cuidar da sempre necessária (re)análise da tríade, justiça, legalidade e consequências da greve que suporta, se dê à liberdade de efectuar comentários irónicos acerca de matérias tão importantes para a saúde da Região como é aquela infraestrutura. A questão que aqui coloco não é a constatação da existência de um longo corredor, não é a observação de quem preocupado deseja saber, o que contesto é a crítica fácil que mais não é do que uma resposta ao lado de quem sentindo o "self-service" esgotado, deseja argumentos para ultrapassar o desgaste e a pouca compreensão e aceitação de tão peculiar greve, por parte dos doentes açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltando às reportagens veiculadas pela comunicação social regional quando das visitas efectuadas pelos senhores deputados do PSD a Instituições e Entidades de Saúde da ilha de São Miguel, por mim referidas no início desta intervenção, gostaria de, aqui, efectuar alguns comentários para que, em conjunto e despidos da necessidade de protagonismo grupal partidário, possamos efectuar uma análise compreensiva dos significados dos seus

conteúdos, principalmente no que diz respeito às queixas transmitidas e à conclusão por muitos efectuada que, afinal, a "Saúde está doente".

Ora bem, quando se pode efectuar esse tipo de conclusão significa que tal como na medicina, depois de ouvidas, analisadas, ponderadas e correlacionadas com dados objectivos, as queixas permitem concluir pela existência ou não, de doença.

Cumprida esta etapa é forçoso, quer se trate de um doente, Instituição ou Sistema de Saúde, e se deseja uma intervenção correcta e responsável, que a pergunta seguinte seja: "Trata-se de uma situação aguda ou crónica?"

Esta questão tem de ser sempre posta, porque, continuando com a minha análise sustentada na epistemologia médica, uma coisa é um indivíduo sofrer um ataque de uma amigdalite, gripe ou pneumonia, outra coisa é sofrer de reumatismo, asma brônquica ou diabetes.

É importante saber qual das categorias que um dado sujeito, Instituição ou Sistema padece, porque, obviamente, as intervenções terapêuticas e respectivo prognóstico serão diferentes, ou seja, se a Saúde na Região está doente, e esta doença é crónica, então as intervenções a serem efectuadas terão de levar em conta esse facto e as expectativas terão de ser concernentes com essa realidade.

Assim, e se após a leitura atenta dos conteúdos das referidas notícias se pode deduzir que a principal queixa nelas expressas é invariavelmente a falta de recursos humanos, dos quais, os médicos sobressaem pela negativa, e se essa carência é suficiente para se falar em "caos", "cansaço", "esgotamento", "crise", "doença", é então forçoso perguntar-se: "Afinal, há quanto tempo sofre o Sistema Regional de Saúde desse mal?"

Para se obter esta resposta relembro que em Junho de 1995, quando o então Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, Dr. António Meneses, organizou um Fórum com a finalidade de abordar questões da Saúde Regional tendo em vista o posterior debate da Proposta do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, que não chegou a ser concretizado, tendo por isso, ficado como matéria pendente para o actual Governo. Como recursos humanos dizia, já nessa data, a todos nós preocupava a grave situação em que se encontravam os

recursos humanos do Sistema Regional de Saúde, já que os números eram, tal como continuam a ser, claros e inequívocos ao referirem que: médicos de carreiras médicas de Clínica Geral e Saúde Pública em 1987 eram 123; 1993/124; 1994/124; 1995/118; 1996/115; 1997/118.

Posto isto, é claro que neste sector médico desde há muito o problema está instalado. Felizmente e ao contrário do grupo anterior, o número de médicos da carreira médica hospitalar e internato complementar hospitalar tem aumentado, se não a título de exemplo vejamos: 1995/234 médicos; 1996/231; 1997/238, perfazendo totais Regionais mais confortáveis, tais como 1995/352; 1996/349; 1997/356 médicos.

Entretanto o número reduzido de médicos de Clínica Geral e Saúde Pública leva a que em algumas ilhas o seu diminuto número tenha um equilíbrio muito instável bastando a saída de um clínico para que o Centro de Saúde entre em crise, que mais não é do que a (re)agudização de uma doença de evolução prolongada, tal como sucedeu nos finais de 1996 e parte de 1997, nos Centros de Saúde de Vila do Porto, Graciosa e Flores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como se não bastasse a doença crónica de que enferma o nosso Sistema Regional de Saúde, segundo a opinião de alguns deputados do PSD, um novo mal está a surgir na Saúde, na Ilha de São Miguel, pois detectaram "soluços no arranque" do novo Hospital de Ponta Delgada, problemas com a aquisição dos equipamentos; falta de planeamento; etc; etc.

Mais uma vez pergunto, será a fase de aquisição de equipamentos do novo Hospital de Ponta Delgada uma questão nova, surgida nestes dois últimos anos ou será ela a sequência natural da tomada de decisões políticas dos anteriores governos?

Pergunto: quem escolheu o projecto do novo Hospital? Quem nessa decisão preteriu um modelo "chave na mão" pelo actual modelo? Quem decidiu a dada altura do processo que a todos os títulos seria preferível passar para a Comissão Instaladora e Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada a

responsabilidade da execução de todas as etapas dos Concursos dos Equipamentos Geral e Médico?

A quem competirá responder? A mim, com certeza caberá somente referir que o processo de aquisição do equipamento está em marcha há 23 meses e o cronograma anexo ao contrato efectuado pela antiga Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social com a Norma/Açores para esse efeito de concurso previa uma execução de Junho de 1992 a Agosto de 1995, ou seja, um período de 38 meses, pelo que não há nenhum atraso; que esse processo está a ser efectuado somente com o pessoal técnico do hospital por falta de recursos humanos especializados nessa matéria na Região, num enorme esforço de todos os intervenientes que importa aqui registar e louvar; que o corpo hospitalar nos seus diferentes níveis tem-se envolvido no processo; que nas escolhas imperam os aspectos técnicos que levará a que a relação preço/qualidade seja otimizada e prevaleça sobre qualquer outra premissa na escolha dos referidos equipamentos.

Quanto ao arranque por "soluções", ou seja, a transferência faseada de serviços para o novo Hospital, tem obedecido a um planeamento baseado em critérios técnico/financeiros, tais como: a maternidade e Neonatologia porque se encontrava em instalações alugadas; a Inceneradora e Lavandaria por total falta de condições nas antigas instalações; a Pediatria por desde há muito estar instalada em péssimas condições no edifício do velho hospital, e clinicamente ter possibilidade de funcionamento nas novas instalações; e por fim, as Consultas Externas que não exijam a activação de áreas técnicas específicas hospitalares, nem equipamento e técnicas complexas no âmbito do próprio acto médico.

Essas Transferências fazem parte de um processo importante, possível em alguns casos porque todos os trabalhadores aceitam-na, mesmo com carências de equipamentos de diversa ordem, o que permitirá as necessárias experiências funcionais visando a adaptação à nova Casa de outros Serviços, o que para uns é sempre complicado, mas para outros uma satisfação imediata.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Todos reconhecemos que os períodos de transição são difíceis, que quando se acena com modificações como as previstas na Proposta do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, as pessoas envolvidas temem, todos sabemos que as "doenças de evolução prolongada não se curam, estabilizam-se as crises e reabilita-se o mais possível, todos sabemos que há diferentes níveis de intervenções para a resolução de qualquer problema tais como serão os pacotes de Convenções em análise; as bolsas de estudo a nível Universitário, de Internato Geral e Internato Médico Complementar.

Assim, e na minha perspectiva para se avançar com propostas sérias em quaisquer desses âmbitos temos de efectuar um reconhecimento das múltiplas causalidades das dificuldades actuais do Serviço Regional de Saúde para que, compreendendo-se as responsabilidades do passado se intromete as do presente, numa continuidade de processo, no qual todos somos responsáveis por igual, face à Proposta do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, para que nela se contemple as disposições que permitam corrigir as tão sobejamente conhecidas disfunções do Serviço Regional de Saúde.

Tenho dito!

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Neste momento há duas inscrições para pedidos de esclarecimento, a Sra. Deputada Ana Carolina e o Sr. Deputados António Meneses. Pergunto se mais algum Sr. Deputado deseja pedir esclarecimentos sobre esta intervenção? Mais uma inscrição do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, um esclarecimento.

O título mencionado pela Sra. Deputada "A Saúde está doente" não teve origem nas visitas dos Srs. Deputados do PSD às Instituições de Saúde.

Este título vem no jornal "Diário Insular" e teve origem num comunicado fortíssimo, diria mais, muito grave para o Secretário e para este Governo, da Ordem dos Médicos.

Eu passo a ler só algumas frases por curiosidade e o comunicado diz relativamente ao Governo e ao Secretário: "Foi recusada qualquer tentativa de verdadeiro e eficaz diálogo".

Mais:

"A actual dinâmica na Saúde tem sido demasiado redutora travando globalmente o progresso e o desenvolvimento actual da medicina e da saúde na Região."

O PSD concorda com este título.

Mais:

O PSD tem vindo a provar que a saúde, no momento actual, está gravemente doente. Graças a Deus estamos bem acompanhados, bem acompanhados pela Ordem os Médicos, bem acompanhados pelos enfermeiros que se dizem maltratados, bem acompanhados pelas variadíssimas Instituições de Saúde que visitámos, bem acompanhados pelos Sindicatos. Será que nós é que estamos errados? Será que o Governo e o Partido Socialista é que está certo e que estão todos errados na Região Autónoma dos Açores? Parece-me que não.

Quanto à afirmação com o passado de que a saúde não ficou doente só agora, eu faço lembrar que a saúde agora está doente. É este o momento que interessa, porque é este o momento que tem a contestação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O problema é sempre esse!

A Oradora: É este o momento que tem a contestação, é este o momento que tem grupos de trabalho que terminam mal, que tem reformas estruturais que não são consensualizadas, que tem Instituições de Saúde que criticam o Governo, porque não foram ouvidas quando deviam, que tem a Ordem dos Médicos que fazem comunicados a bater neste Governo como nunca...

Presidente: Sra. Deputada, tem ainda 1 minuto.

A Oradora: ...e faço lembrar que o próprio Sr. Secretário reconhece a incapacidade do Governo relativamente à sua proposta do Estatuto Regional de Saúde e diz que, realmente, as coisas não foram consensualizadas, que é preciso alguns ajustamentos e que agora a missão fica entregue à Assembleia. Esta é a resposta do responsável pela Saúde nesta Região.

Quanto às visitas dos Srs. Deputados do PSD, tiveram pelo menos a virtude de porem cá fora três portarias, embora apressadas e novamente sem o diálogo necessário como quem disso percebe.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes:

Vou reportar-me apenas a dois aspectos da sua intervenção que é a questão do número de clínicos gerais e ao novo Hospital Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada.

Antes de falar sobre esta questão, gostava de dizer que concordo consigo num aspecto e acho que o Presidente do Sindicato dos Médicos não tem razão.

É que o Hospital construiu-se e desenvolveu-se num plano horizontal, porque não podia deixar de ser dessa maneira, na medida em que a sua própria localização em vertical seria um prédio de 8 ou 10 andares o que penso que ninguém aqui estaria de acordo com essa concepção.

Em relação ao número de médicos de clínica geral, efectivamente, foi um problema que sempre houve na Região e, tal como a Sra. Deputada Fernanda Mendes aqui apontou, o seu número anda a rondar sempre à volta dos 120.

Agora, há aqui um aspecto, e esse sim é que me parece que é sujeito e susceptível de crítica por parte da nossa bancada, é que nós enquanto estivemos no Governo tínhamos consciência desta situação e fizemos os possíveis para

resolver o problema, mas foi este Governo que, logo no início, procedeu a afirmações no sentido de criar expectativas para resolver o assunto com rapidez. Aliás, houve debates nesta Assembleia em que o actual Secretário criticou duramente o anterior Governo por não ter feito nada para resolver a falta de clínicos gerais e apontava duas pistas: uma delas, que eu não concordo muito, porque penso que nessa matéria a nossa autonomia seria, de alguma forma, "beliscada", que era de pedir uma audiência à Sra. Ministra da Saúde, chamar a atenção para o problema nos Açores e pedir à Sra. Ministra da Saúde que mandasse clínicos gerais para a Região o que, obviamente, mesmo tendo sido feito, não deu resultado; a segunda questão era a criação dum quadro de incentivos, digamos, aliciantes que permitisse a vinda de médicos de clínica geral para a Região.

O que acontece é que passaram-se dois anos e o quadro de incentivos se foi feito não deu resultado e, por consequência, o que há aqui é claramente uma falha na acção governativa, na medida em que houve uma expectativa de resolução do problema que, efectivamente, se gorou.

Em relação à questão do Hospital do Divino Espírito Santo, - e só para terminar - eu quando deixei de exercer funções de Secretário da Saúde, o Hospital estava pronto. Faltavam pequenos pormenores e já estava até na fase de ensaio dos equipamentos pesados do hospital e foi o Governo do PSD que lançou o grande concurso para a aquisição da hemeaglogia, num valor de cerca 900 mil contos, que tem uma determinada cronologia.

Agora, essa cronologia existe, deve ser respeitada e também já estava previsto, no nosso tempo, que a mudança do hospital seria progressiva, mas acelerada, porque nós tínhamos a consciência do bloqueio do anterior hospital, porque se tivéssemos satisfeitos com as condições do velho hospital não íamos fazer o investimento do novo hospital.

Presidente: Agradeço que resuma, porque já terminou o seu tempo.

O Orador: O que me parece, e é isso que penso que deve ser criticado, é que este faseamento é extremamente lento. É inaceitável que em dois anos se tenha feita a mudança de tão poucos serviços para o hospital novo.

Penso que este aspecto é sujeito a crítica e, na nossa opinião, devia ter havido mais empenhamento no acelerar o processo da mudança, porque dois anos depois dum hospital estar pronto, já devia estar a funcionar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedir esclarecimentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Sra. Deputada mostrou-se indignada com a crítica fácil, que tem vindo a "lume" em alguns órgãos de comunicação social, sobre a situação da saúde nos Açores e, nomeadamente, sobre a questão geral de que a saúde está doente nos Açores.

Sra. Deputada e Srs. Deputados, se isso a indignou, imagino títulos como estes:

"Uns morrem de véspera";

"Os outros que vão-se safando";

"O cidadão comum entra na bicha, fica lá de um dia para o outro e, com sorte, arranja consulta para daqui alguns meses";

"Quem tem dinheiro ou amigos safa-se na maior";

"Os pobres e os outros desprotegidos esperam penosamente nas bichas de acesso ao Serviço Regional de Saúde";

"Os ricos e quem tem amigos tem as consultas que necessitam, quando necessitam".

Lembro à Câmara e aos Srs Deputados que isto são declarações do Sr. Secretário Regional Álamo de Meneses saídas há poucos meses na imprensa regional. Eu estou de acordo com ele, mas ele é que é Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostava, muito rapidamente, apenas de prestar aqui alguns esclarecimentos.

Para começar e em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado António Meneses, sobre o número de médicos e de atrair mais médicos à Região, gostava de lhe dizer o seguinte:

No último ano em que o Sr. Deputado foi Secretário o número total de médicos na Região passou de 356 para 351. Houve uma perda de 5 médicos na Região.

No primeiro ano em que eu fui Secretário o número de médicos passou de 351 para 363. Houve um ganho de 12 médicos na Região.

Deputado António Meneses (PSD): Foram contratados por mim!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, este facto mostra alguma inflexão no que vinha a acontecer.

Gostava de lhe dizer mais:

O número de consultas na Região cresceu, neste período, vinte e tantos por cento, ou seja, muito mais pessoas tiveram acesso à saúde, muito mais consultas foram feitas.

Algumas das ilhas que tinham perdido médicos voltaram a recuperá-los. Veja-se o caso da Graciosa, de Santa Maria ou o caso das Flores. Estas são ilhas em que realmente recuperou-se o número de médicos.

O número de consultas de especialidade que foram feitas em algumas ilhas como, por exemplo, no caso do Pico, triplicou.

Portanto, isto são tudo indicadores de que alguma coisa foi feita.

Quanto à questão das portarias que a Sra. Deputada Ana Carolina referiu, gostava de esclarecer que elas estão prontas há muito tempo, há mais de um ano, só que não havia possibilidade de as por em prática, porque não havia condições financeiras para isso.

Sr. Deputado António Meneses, no último ano em que o Sr. foi Secretário responsável por esta área, a dívida da saúde vinha a crescer ao ritmo de 100%. No ano anterior tinha crescido também 100% e, portanto, foi preciso inflectir esta evolução, porque caso contrário nós qualquer dia não tínhamos era Serviço Regional de Saúde. Não podíamos funcionar.

Estes é que são os dados e esta situação teve que ser inflectida.

Sr. Deputado, quando eu assumi as funções de Secretário, nessa altura havia facturas por pagar há 18 meses e foi feito um esforço gigantesco para resolver esses problemas. Esta é que é a realidade.

Agora, se há, na verdade, uma situação desconfortável a nível nacional na área da Saúde e isso pode ter reflexos na Região, porque essas coisas também chegam cá, mas todos nós estamos interessados em melhorar a saúde na Região, mas a verdade é que os Srs. à falta de outra coisa resolveram fazer uma campanha concertada sobre a saúde e fizeram muito bem, porque isso, na verdade, também estimula para que as coisas melhorem e já estão a melhorar.

A verdade é que temos os dados. A estatística está aí e fizeram-se mais consultas e temos mais médicos. O que é que o Sr. Deputado quer?!

Quanto à questão dos incentivos, os únicos incentivos existentes na Região foram feitos em 1985 e são esses que ainda continuam em vigor.

É verdade que nós gostaríamos de ter mais e melhores incentivos, mas isso custa muito dinheiro e nós não o tínhamos.

Deputado António Meneses (PSD): Quem é que prometeu!?

O Orador: Prometemos e vamos cumprir. Nós temos um mandato de 4 anos para alguma coisa.

Portanto, Sr. Deputado, o número de médicos está a crescer, o número de consultas cresceu, os incentivos vão chegar, as convenções já chegaram e estão a ser agora discutidas com os diversos parceiros e está a ser feito.

Qual é o problema Sr. Deputado?! O problema, talvez, é a comparação desfavorável que é possível fazer com aquilo que o Sr. fez. Esse é que é o problema.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado António Meneses (PSD): Não é o que dizem os profissionais da saúde!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de esclarecer em primeiro lugar a Sra. Deputada Ana Carolina de que eu não disse que foram os Srs. Deputados dos PSD que disseram que a "Saúde está doente".

Quem estivesse atento à minha intervenção verificaria que eu não disse isso e depois posso distribuir para lerem.

Outra questão:

Eu gostaria de dizer que, quando o PS este ano fez as suas Jornadas Parlamentares sobre saúde e se deslocou ao Centro de Saúde da Ribeira Grande, foi discutido aspectos das propostas das convenções médicas que foram alvo das portarias que estão em discussão.

Na primeira proposta do Estatuto do Serviço Regional de Saúde há um artigo sobre as convenções médicas para a Região. Nesta proposta continua a existir.

E mais:

Quando foi da discussão da saúde na convenção para a Nova Autonomia a comunidade médica pugnava, para resolução em primeira fase desse problemas dos recursos humanos, que se criassem convenções, ou seja, a autoria da necessidade da convenções é colectiva, não é de nenhum grupo partidário.

Outra coisa que gostaria de dizer é relativamente aos concursos dos equipamentos do novo Hospital de Ponta Delgada:

É verdade, dois anos depois da conclusão do edifício é muito tempo, mas não esqueçamos que quem não pôde - não disse não quis, disse não pôde, porque sou muito honesta - iniciar os concursos para quando terminasse a construção termos os equipamentos todos montados, testados concomitantemente, não foi este Governo, porque se a construção foi concluída há dois anos, os equipamentos tinham que estar lá dentro para que nós pudessemos fazer a mudança.

E só para terminar, eu não disse que fiquei escandalizada com as visitas dos Srs. Deputados do PSD. Eu fiquei escandalizada, sim, com o título que saíu num jornal em S. Miguel sobre o novo hospital "Só de patins" e isto não foi de nenhum

partido desta Região. Isto foram palavras de um outro senhor que eu também nomeei durante a minha intervenção.

Deputado António Meneses (PSD): É um ciúme e uma inveja que aquele Sr. Secretário tem!

Presidente: Ainda para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quem disse ou não que a saúde estava doente não interessa, porque o que interessa verdadeiramente para nós e para os açorianos é que a saúde está mesmo doente.

Relativamente ao Sr. Secretário e às famosas portarias, a verdade é que quem disse que era satisfação de um pedido do PSD e, nomeadamente, de um pedido meu, porque eu é que falei nisso aos órgãos de comunicação social, foi o Sr. Secretário na Comissão quando disse: "Sra. Deputada, o seu pedido foi atendido, só que custa 600 mil contos, é um pedido muito caro". Isto foi o que o Sr. Secretário me comunicou na Comissão.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Eu nunca digo que não a uma senhora!

A Oradora: A verdade é que estávamos a discutir o Serviço Regional de Saúde e apareceram misteriosamente as três portarias que vinham dar corpo às críticas que o PSD tinha andado a fazer.

Quando se está a discutir um Serviço Regional de Saúde aparecem três portarias assim do nada que, por acaso, vêm de encontro às críticas do partido da oposição. Há que convir, Sr. Secretário, que não tem muito a ver.

Mais ainda:

A Sra. Deputada Fernanda Mendes agora ajuda-me e diz que na primeira proposta deste mesmo serviço, foi o que entendi, vinha isto contemplado, mas na última não veio...

Deputada Fernanda Mendes (PS): Veio!

A Oradora: Desculpe lá, mas não veio deste modo, porque senão o Sr. Secretário não tinha dito à semana passada na Televisão que isto tinha sido resolvido por portaria e cito: "por ser mais rápido e por isso é que não estava contemplada".

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Já estava feito!

A Oradora: Se já tinha na gaveta há tanto tempo as portarias, por que é que agora tinha que ser por portaria? Era por ser mais rápido?

Sr. Secretário, há aqui um problema e não somos só nós que não estamos a perceber, é todo o povo dos Açores que não está a perceber e não é um reflexo do programa nacional. A discussão e o descontentamento que o Serviço Regional de Saúde e a proposta do Governo estão a gerar não é um reflexo da crise nacional, mas sim o reflexo da crise e da saúde nos Açores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente ao longo destes dois anos, aqui nesta Casa, só consigo ter um debate com alguma elevação, com alguma profundidade, com alguma honestidade intelectual com a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Da parte do Sr. Secretário, não sei porquê, ou porque eu o irrito,...

(Risos da bancada do PS)

... é natural e pode acontecer, não gosta de mim. Está no seu pleníssimo direito.

Sofre de uns doentios ciúmes do tempo em que eu fui Secretário? É possível e deve ser algum trauma psicológico que o Sr. tem.

Quando eu honestamente coloquei as questões, com honestidade, e que era a questão dos incentivos e a resolução do problema dos clínicos gerais e a questão

do hospital, o Sr. responde "alhos com bugalhos" no seu estilo habitual que é conhecido em todo o lado, que os seus colegas universitários conhecem, que os profissionais de saúde conhecem.

O Sr. quando é confrontado com alguma questão, responde para o lado ou mente. Por consequência, já cheguei à conclusão que não é possível colocar uma questão ao Sr. Secretário com o mínimo de honestidade intelectual. Eu bem gostaria de que isso acontecesse, porque era interessante para todos e eu estou disposto a ter esse discurso consigo. Se o Sr. quiser, não vê da minha parte uma única palavra que o possa ofender.

Aliás, quem me conhece aqui dentro e alguns colegas seus da sua bancada, sabem que podem ter um debate comigo durante três horas e se mantiverem um determinado nível, esse nível não baixa do meu lado, mas consigo é impossível, porque o Sr. intelectualmente não tem honestidade para ter um debate comigo. Daqui para a frente evitarei ter debates consigo.

Em relação à Sra. Deputada Fernanda Mendes o que gostava de dizer é o seguinte: Em relação à mudança de serviço para o hospital, eu reconheço que a mudança é planeada, é difícil, mas mesmo assim podia ser acelerada e se a Sra. Deputada Fernanda Mendes fizer uma análise profunda, vê que algumas das razões desse atraso são motivadas por resistências passivas de alguns serviços do actual hospital, que penso que poderiam, com um bocado mais de persuasão, ter resolvido o problema e, por consequência, penso que dois anos é demais. Se compararmos isso com outras transferências para hospitais novos no Continente, veremos que, efectivamente, estes dois anos estão prolongados, até porque está longe ainda a mudança dos serviços.

Em relação aos incentivos, pela resposta que consegui perceber do Sr. Secretário, é que os incentivos ainda não foram feitos, porque não há mecanismos nem meios financeiros para os deitar cá para fora.

Agora, não fomos nós que logo no início prometemos que resolvíamos a questão da falta de clínicos gerais, através de incentivos. Estou a constatar um facto.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para começar há um aspecto que gostava de dizer ao Sr. Deputado António Meneses:

Sr. Deputado, naquilo que eu disse, apenas referi factos e não tinha intenção, e creio que não o fiz, de o ofender nem de maneira nenhuma o desconsiderar.

Aquilo que o Sr. fez em resposta foi desconsiderar-me, algo que eu não admito e algo que me parece extremamente deselegante.

Sr. Deputado, aquilo que o Sr. disse é, na verdade, uma fuga ou uma forma de tentar iludir as coisas, porque nós estávamos a falar de factos, ou seja, de números, de datas, de coisas que aconteceram e que são verificadas. Aquilo que o Sr. Deputado disse foi autenticamente reagir mal, não aceitar a crítica e não ser capaz de ver que aquilo que eu estava a dizer, ao fim de contas, não estava a ofendê-lo, mas apenas estava a lembrar-lhe alguns factos, enquanto que aquilo que o Sr. Deputado fez foi apenas tentar ofender-me, mas a verdade é que as ofensas ficam com quem as ..., enfim, não vale a pena sequer comentar.

Quanto à questão da mudança de serviços do hospital, gostava de dizer o seguinte: A construção do Hospital de Ponta Delgada, de acordo com o tempo que os Srs. tinham estabelecido, devia ter terminado no dia 10 de Dezembro de 1994. Não terminou em 94, mas sim no primeiro trimestre de 1997.

Se era para mudar tão depressa, como o Sr. Deputado fez crer na sua intervenção, - e a Sra. Deputada Ana Carolina também frisou isto - então nesse caso os concursos deveriam ter sido lançados 38 meses antes, ou seja, qualquer coisa como em 94 e deveriam ter decorridos ao mesmo tempo que estavam a decorrer os trabalhos da parte final da construção civil. Foi a opção de alguém, que não fui eu com certeza, de não lançar os concurso em 94 e deixá-los para lançar em 1997. E os concursos foram lançados no prazo previsto.

Na primeira reunião que eu tive com a Comissão Instaladora do Hospital, nessa altura nós estimámos que seria possível abrir o hospital em Novembro de 1998.

Presidente: Sr. Secretário, tem mais um minuto.

O Orador: Sr. Deputado, os Srs. atrasaram-se de 94 até 96. Nós ainda estamos dentro do período que nós tínhamos proposto mudar o hospital.

Portanto, Sr. Deputados, não estamos muito atrasados. É verdade que temos um atraso de alguns meses, mas o hospital vai mudar, vai mudar ordeiramente, vai mudar com qualidade e vai mudar dentro daquilo que é preciso, face a um concurso tão difícil e tão complicado como foi este.

Se era para ser mais depressa, o Sr. Deputado teve ampla oportunidade de em 94 ter lançado estes concursos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu concordo com o diagnóstico efectuado pela Deputada Ana Carolina e concordo como médica e deputada, mas discordo na qualidade do diagnóstico, porque não basta dizer: "A saúde está doente". Nós temos que dizer, tal como eu disse na minha intervenção: "É uma doença aguda ou crónica? É crónica, porque os números indicam, agora vamos actuar face a essa situação, porque se nós estivermos na ilusão de que é aguda, as soluções que nós vamos encontrar não são as soluções que o nosso Sistema Regional de Saúde necessita.

Se nós assentarmos nessa verdade, então todos juntos podemos, realmente, modificar, pela positiva, o nosso Serviço Regional de Saúde.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Vamos voltar às inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com frequência o Partido Socialista falou em pensar "nas pessoas" e em governar "para as pessoas"; é evidente que todos aqueles que desempenham cargos políticos o

fazem ou devem fazer tendo em consideração as pessoas, mas com frequência, muitas delas não são tidas em conta quando se executam os processos advenientes da governação. Por outro lado, a voz de uma percentagem elevada de cidadãos não é audível nos gabinetes e isso leva a que os seus problemas, muitas vezes, passem despercebidos.

Temos também em consideração que existem processos administrativos, cujas decisões administrativas, por vezes injustas e de duvidosa legalidade, passam ao lado dos responsáveis políticos.

É por tudo isto que os problemas levantados nesta Assembleia e no período de antes da ordem do dia devem ser tidos em conta pelo Governo Regional, no sentido de serem analisados e de se tomarem decisões tendo em consideração o respeito pelos interesses legítimos das pessoas, mesmo quando são poucas ou cuja influência social e política não lhes permite tomar posições que leve os governantes a verem-se obrigados a darem respostas atempadas, oportunas e justas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O assunto que hoje aqui trazemos atinge um grupo pequeno de pessoas, mas mesmo assim entendemo-lo merecedor de ser tratado e equacionado, exactamente pelo respeito que todos merecem e que também merece o próprio cidadão individualmente.

Desde há alguns anos a esta parte alguns agricultores da Região concorreram à reforma antecipada; por todas as ilhas têm sido reformados agricultores que recebem uma reforma constituída por verbas comunitárias e por verbas próprias do orçamento da Região, e que a partir do momento que deixarão de receber esta reforma, entrarão na reforma normal atribuída pela Segurança Social, o que ocorrerá sempre a partir dos 65 anos de idade. Os agricultores assim reformados continuam com o direito de explorarem uma pequena parte da sua exploração para consumo próprio.

Acontece que muitos agregados familiares, onde ambos os cônjuges se dedicam à agricultura, ambos descontam para a Segurança Social; quando um agricultor entra na reforma antecipada continua a descontar para a segurança social, mas para o regime geral, como produtor com ajudas comunitárias; até ao presente o outro

cônjuge continuou a descontar para o regime que sempre descontou, o regime de segurança social dos agricultores.

Quando no início deste mês os cônjuges dos que recebem a reforma antecipada se dirigiram à Segurança Social a fim de satisfazer o pagamento da sua contribuição, foi-lhes negado o seu recebimento, alegando-se que o titular da exploração se encontrava reformado — por reforma antecipada com ajudas comunitárias. E, pelo facto de não poder negociar com produtos agro-silvo-pecuários, entende a Segurança Social que não devia continuar a receber essa contribuição. Alguns contribuintes foram mesmo informados que lhes seriam devolvidos os quantitativos que descontaram a partir da data da reforma antecipada do cônjuge.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Procurando aprofundar um pouco esta situação constou-nos que apenas no ex-Distrito da Horta a Segurança Social está a implementar esta orientação, a qual desconhecemos quem a deu e porque a mandou executar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como disse, no início desta intervenção, não aprofundei os mecanismos legais que levou ao processo administrativo que descrevi; no entanto, tenho algumas dúvidas que gostaria de deixar à consideração de todos. Não me consta que em nenhum dos casos que referi tenha havido por parte da Segurança Social qualquer preocupação referente ao regime de casamento em causa; também não me consta que tenha havido preocupação em conhecer a quota parte da exploração que se manteve a ser explorada por quem recebeu a reforma antecipada; por outro lado ainda, não se teve em conta que há pessoas que só muito recentemente recebem reforma antecipada e cujo cônjuge, agora suspenso, começou a descontar mesmo antes de existir legislação nacional atribuindo reforma antecipada para os agricultores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao levantar este problema estou convencido que ele pode e deve ser analisado, ao mais alto nível, pelos responsáveis da Segurança Social desta Região.

Seria desejável uma resposta rápida e fundamentada, assim como orientações justas e iguais para toda a Região, tendo em consideração o cumprimento da legalidade e o

interesse dos contribuintes, alguns com direitos adquiridos que a própria Lei lhes confere.

Pela nossa parte custa-nos aceitar que aqueles que sempre descontaram para a Segurança Social Agrícola, que continuam a manter a sua actividade, sejam compulsivamente suspensos, pelo facto do cônjuge usufruir de uma reforma antecipada, a qual nem é paga pela Segurança Social, e que até os obriga a manterem-se contribuintes enquanto recebem essa reforma antecipada, pois só depois é que passarão a reformados da Segurança Social e apenas recebendo essa reforma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Faça-se justiça, respeitando as pessoas.

Presidente: Aceitam-se inscrições dos Srs. Deputados para esclarecimentos.

(Pausa)

Parecendo não haver inscrições para esclarecimentos, vamos voltar às intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputados João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tal como o meu companheiro e colega deputado trouxe para aqui o grave problema do Corvo, também como corvino não poderia deixar de dar aqui uma achega neste sentido.

E, passo a citar:

Infelizmente, nos tempos que correm, têm acontecido grandes calamidades em quase todas as Ilhas da Região.

Mas desta vez o Corvo no que toca a desgraças não ficou à margem. na noite de 3 para 4 do corrente mês, abateu-se sobre a Ilha do Corvo, grandes chuvadas, levando consigo tudo o que estava pela frente; porque se fosse na sua encosta talvez fossem poucos os que ficassem par contar a história.

Realmente se fosse na encosta da Vila, devido à construção daquele muro que lá está feito, que o Sr. bem conhece, aí a Secretaria do Equipamento poderia ter alguma responsabilidade nisso, porque aquele muro, hoje, está a canalizando a água toda para a Vila e o Sr. sabe muito bem que aquela água devia ser canalizada para aqueles terreno ao lado muro e, aí, poderia evitar-se uma grande calamidade. Mas, talvez, graças à Senhora dos Milagres é que não aconteceu. Portanto, é bom que o Sr. Secretário tenha isso em atenção, porque isso é um problema que já há muito deveria ter sido resolvido.

Desculpe este aparte, mas não podia deixar de o fazer neste momento.

Mas graças ao empenho da Câmara Municipal, Bombeiros, Somague, Ediçor, Castanheira e Soares e do responsável pela Secretaria da Habitação e Equipamentos das Flores e do Corvo, que se disponibilizaram logo nas primeiras horas, com máquinas e pessoal, para se fazer os primeiros trabalhos de limpeza onde as estradas estavam cortadas, porque só assim foi possível o trânsito nestas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É de lamentar que depois de tão graves acidentes, porque até no sector agrícola se pode considerar calamidade pública, são milhares de contos em terrenos levados outros completamente sem nenhuma vedação e alguns animais mortos.

Nas estradas há largas centenas de contos em estragos, pontes e aquedutos estão quase todos enchurrados, bermas e algum alcatrão arrancados.

Depois de tudo isto há alguém no Corvo que tira as imagens deste triste cenário para que chegue atempadamente à RTP. Mas esta responde não ser necessário, e só quatro dias depois é que mostra algumas imagens desta tão grande desgraça, mas naturalmente na altura, se tivesse lá algum Membro do Governo para filmar estas imagens seriam no mínimo talvez notícia de abertura para o Telejornal...

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ...mas como lá não estava ninguém apenas viu-se o Corvo talvez a mais de mil metros de altura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de todas estas desgraças e o levantamento estar feito, tem este Governo a obrigação de reforçar verbas para que no mínimo haja alguma ajuda ao sector agrícola do Corvo, que já de si é bastante débil e mais débil ficou depois de tão grande tragédia.

Naturalmente as verbas das estradas também terão de ser reforçadas.

Mas como uma tragédia não vem só, o Caldeirão também não escapa, e aos poucos vai se tornando no pântano, que eu há dois anos atrás aqui referi e alertava que era necessário agir rápido, só que até hoje nada foi feito nesse sentido, e podia se ter agido pondo as prioridades à frente, mas este Governo assim não entende.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gasta-se avultadas verbas na Estrada de Leste desnecessariamente na construção de valetas que mais tarde terão de ser arrancadas, porque esta estrada precisa de ser alargada, pois em muitos lugares não passam duas viaturas, e só pode ser alargada para o lado que foi feita a valeta, perguntamos, se esta estrada serviu mais de 40 anos com valetas em terra celindrada, não se devia esperar para primeiro alargar a estrada e depois se fazer as valetas que, por sinal, devido à pouca largura de estrada esta mal tem um metro de recta, ficando assim tão direita como uma linha na algibeira.

Mas como o Governo tinha de justificar algum trabalho na Secretaria de Equipamentos, do Corvo, partiu atabalhoadamente para este aborto que no mínimo é uma vergonha.

Se esta verba tivesse sido utilizada no arranjo do caminho do Monte Gordo, para que as máquinas pudessem descer ao Caldeirão para fazer uma vala de suporte junto á encosta de sudoeste e um dique em pedra natural na zona onde entram as enchurradas, não estaríamos hoje com o grande problema de ver quase desaparecer as Lagoas. Tudo porque a política de ambiente deste Governo parece ser pôr o ambiente contra o ambiente.

É certo que temos pouco para gastar mas se o pouco que temos gastamos mal, é sinal de incompetência para Administrar.

(Aplausos do PP e do PSD)

Presidente: Aceitam-se inscrições para possíveis esclarecimentos.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Greves já por várias vezes aqui na Assembleia apresenta uma reivindicação, que aqueles que conhecem o Corvo e conhecem os corvinos consideram que é uma aspiração de muitos corvinos e que, aparentemente e para os leigos na matéria, como eu, temos que aceitar como boa e até como tradicional, porque quem desde há trinta anos conhece o Caldeirão sabe perfeitamente que havia, no passado, uma via de acesso àquela caldeira e que, desde alguns anos a esta parte, foi abandonada.

Também ouvimos e temos ouvido por diversas vezes que a nível de ambiente as pessoas e os técnicos ligados à matéria parecem ter alguma repugnância nesta via. Posto isto, o que eu queria perguntar, não ao Sr. Deputado João Greves, mas ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, é se efectivamente existe algum parecer técnico que condene a via de acesso ao Caldeirão?

Também quero que fique claro que estou a fazer este pedido para se, efectivamente, existir esse parecer, ainda hoje apresentarei um requerimento, através do Sr. Presidente da Assembleia para que o Sr. Secretário me entregue esse parecer técnico, porque entendo que esta Assembleia tem o direito de conhecê-lo. Se não existe esse parecer técnico quero lamentar a atitude que tem sido feita em relação àquela via, porque ela tem-se mostrado uma aspiração de muitos corvinos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar é preciso esclarecer qual é a situação do ponto de vista ecológico e legal, do Caldeirão.

O Caldeirão é, neste momento, um dos sítios de interesse comunitário, integrado na "Rede Natura 2000" e, por isso mesmo, em termos de intervenções a fazer em áreas, não só do Caldeirão, mas de todas as outras que fazem parte da "Rede Natura 2000" têm determinadas limitações.

Do ponto de vista da identificação do problema existente no Caldeirão, foram tomadas decisões que têm a ver com a necessidade de seguir a questão do nível das águas do Caldeirão. Foram tomadas decisões, nomeadamente, de criar uma estação de medição lá em baixo que nos permitisse fazer o acompanhamento da evolução do nível das águas.

Também no que respeita a outras medidas que têm em vista, nomeadamente, a consolidação do musgão que neste momento tem a ver com alteração de práticas agrícolas, porque quem tem memória, e eu não a tenho porque não conhecia o Corvo nessa altura, sabe que tem a ver com o passar dum sistema de pastorícia com pequenos animais, mais concretamente com carneiros, para um sistema de pastorícia que é completamente diferente. Portanto, há alterações de práticas agrícolas.

Por outro lado, as alterações ao nível do caminho para aceder ao Caldeirão não têm a ver somente com a alteração de práticas agrícolas, mas também com alteração de práticas comunais e, aí, provavelmente, os compartes que geram o baldio, ou seja, a comissão do baldio - e penso que o Sr. Deputado João Greves faz parte - conhecem muito bem que houve alterações ao nível das práticas comunais, ou seja, aquele é um caminho que, segundo eu sei, foi mantido comunalmente no Corvo. O que acontece é que essa prática já não existe, ou seja, a degradação tem a ver com o abandono de determinadas práticas comunais no Corvo.

Respondendo agora, directamente, à questão do Sr. Deputado Paulo Valadão, não existe nenhum estudo técnico. O que existe, neste momento, é, exactamente, a

necessidade de se começar a proceder ao levantamento de dados. No Verão de 1997 deslocaram-se ao Corvo técnicos da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, e houve decisões no sentido de continuar com essas deslocações, com a finalidade definir e identificar claramente quais as formas para resolver o problema.

Presidente: Sr. Secretário, já terminou o seu tempo.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Não existe um estudo técnico acabado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Às vezes é difícil responder a todas as perguntas, mas eu vou sintetizar isto e ir mais ao cerne da questão, que eu acho que é o mais importante, porque o Sr. andou um bocado a fugir para cada lado e eu fiquei praticamente sem saber aqui qual era o cerne da questão.

Realmente em faço parte, e com muita honra, da comissão que administra os baldios e posso-lhe dizer uma coisa com muita certeza: todos os que lá estão dão o melhor de si e fazem grande trabalho e o último trabalho que nós fizemos lá foi ter que acarretar sacos de cimento às costas, para tentar resolver alguns problemas nas lagoas, porque via-se que, nem a Comunidade Europeia, nem o Sr. Secretário, nem ninguém chegava ali. Foi preciso aquela comissão ter ombros para carregar um saco de cimento às costas e levá-lo lá para baixo, que não é nada fácil. É muito difícil, mas fomos. Foi isto que, dentro das possibilidades de cada um, como membro da comissão, tentou fazer.

O Sr. também refere aí que há alterações no terreno. Eu compreendo que há alterações no terreno do tempo em que havia lá o pastoreio das ovelhas, em que o musgão era muito mais repartido e as avalanches que entravam eram menos e, por isso, não precisava de nenhuma protecção à lagoa.

Agora, uma vez que já há alteração do terreno, é que eu defendo que já se devia ter feito a protecção à lagoa.

Sr. Secretário, a protecção à lagoa faz-se facilmente e digo-lhe porquê, mesmo sem termos técnicos, porque as lagoas, praticamente, estão vedadas pela natureza, por aqueles montes altos que estão à volta. Só há um sítio nas lagoas, que é o sítio baixo, que entra as enxurradas e era muito fácil pôr ali um dique em pedra natural, que não alterava em nada a natureza e aí já estávamos a contribuir para que aquilo não estivesse assoreado da forma que está e já se deveria ter agido nesse sentido. Realmente não se pode fazer isso sem se fazer a reparação do caminho. O Sr. refere que o caminho foi há muito tempo abandonado. O caminho não foi abandonado.

O Sr. talvez é daquele tempo que desconhece que havia as chamadas faxinas que eram impostas pela Câmara Municipal e que cada agricultor teria que dar, no mínimo, 3 faxinas por ano.

Presidente: Sr. Deputado tem ainda 1 minuto.

O Orador: O Sr., se calhar, não sabe o que é uma faxina, mas tinha que dar um dia de trabalho para pagar o imposto à Câmara Municipal.

Era assim que as coisas se iam fazendo, mas Deus nos livre que hoje ainda tivéssemos com esse regime.

Eu acho que este Governo tem verbas suficientes para pagar a quem vai trabalhar e foi isso que ainda não aconteceu.

Se isso acontecer, acho que se pode fazer ali uma boa intervenção sem destruir nada da natureza e quero-lhe dizer com toda a franqueza que a única coisa que eu não queria ver era aquilo destruído. É por isso que eu me tenho debatido e não é a reparação dum caminho que vai destruir aquilo, francamente, Sr. Secretário. Eu acho que, unicamente, vai dar mais valor aquilo e resolve-se o problema de ver desaparecer aquilo amanhã. É isso que me preocupa, Sr. Secretário.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Nunes pretende usar da palavra para?

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Para dar um esclarecimento.

Presidente: Faça o favor.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Não só como deputado, mas também como presidente da conselho directivo dos baldios, sinto-me na obrigação de dar aqui um esclarecimento.

O Sr. Secretário não está à espera, com certeza, dos compartes do baldio irem abrir o caminho a pá e pique. Aliás, até alguns já me disseram: "vamos abrir o caminho e que se lixe o Sr. Secretário!".

Ora bem, como não quero assumir essa responsabilidade assim, achei por bem fazer as coisas com mais calma.

Então, como a Câmara tem os mecanismos ao seu alcance, mandou um ofício para a sua Secretaria para pedir autorização para entrar no referido caminho e a resposta da sua Secretaria foi negativa. Agora, pergunto em que é que o Sr. Secretário se baseou para dar essa resposta?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais uma vez uma vez uma questão de caminhos municipais, segundo percebi, um velho sistema corvino de faxina que entrou em desuso e os corvinos ou pelos menos alguns acham que já não devem dar dias de trabalho de graça. Estão no seu pleno direito em fazê-lo.

Mais:

Se há disponibilidade que quem queira trabalhar a concertar aquele caminho e não o quer fazer de graça, eu desde já daqui ofereço a possibilidade desse trabalho ser pago. Portanto, em prol do bem público, a Secretaria pagará os dias de trabalho necessários para a limpeza.

Se os corvinos não querem manter as práticas antigas e se, de facto, esse é um bem comum, pois que se limpe o caminho e a Secretaria da Agricultura e Pesca pagará esses dias de trabalho.

Eu penso que nenhum Sr. Deputado nesta Casa me irá criticar aqui depois por despesismo e por decisões erradas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Isso é pura demagogia!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Secretário, nós nunca pedimos ao Sr. para abrir o caminho. Nós apenas pedimos autorização para abrir o caminho, o que é bem diferente. Nunca falámos em dinheiros, nem em este ou aquele pagar. Falámos em autorização para abrir o referido caminho.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não é isso que diz o Sr. Deputado João Greves.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente a discussão já vai longa, mas a solução, segundo parece, é que ainda não se encontrou.

Ao que parece, o Sr. Secretário está aqui a fazer um pouco como Pilatos, ou seja, está a lavar as suas mãos, ao entregar aos corvinos e eles que resolvam o problema.

O Sr. sabe perfeitamente que os corvinos, neste momento, não têm capacidade de resolver o problema daquele caminho, porque aquilo não é endireitar duas pedras e fica pronto. Os corvinos precisam de maquinaria, precisam de apoio ou que o Sr. apoie a Câmara Municipal, porque ela tem capacidade para resolver aquele problema. Isso é que é preciso. Não é dizer: "os corvinos apresentem aqui as facturas que nós pagamos".

Isto é quase como Pilatos, eu lavo as mãos e não tenho nada a ver com isso. São os corvinos que têm que resolver o problema.

Então para que é que temos Governo, Sr. Secretário? Dessa maneira, até, se calhar, para o Corvo nem sequer precisava Governo, nós resolvíamos a nosso belo prazer e estava feito. Não é assim, Sr. Secretário.

Deputado João Cunha (PSD) Mesmo um Governo destes não era preciso. Nós passávamos bem sem ele!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt, para uma intervenção.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros Governo:

Preparamo-nos para discutir e votar um conjunto de diplomas que darão continuidade e aperfeiçoamento ao plano de desenvolvimento e apoio às políticas desportivas encetadas pela Região Autónoma dos Açores.

É sem dúvida um momento que deveria constituir reflexão amplificada por parte dos diferentes intervenientes no processo, na lógica de que há necessidade de um aprofundamento mais científico e organizacional tendo em conta os impactos sociais e financeiros.

A entrada pela primeira vez de um clube açoriano na “Liga Profissional” de uma determinada modalidade é, por um lado, o resultado natural do investimento feito ao longo de anos no desporto açoriano e, por outro, a possibilidade justificada e estratégica de se poder utilizar este instrumento promocional disponível ao serviço da projecção da nossa terra; das nossas ilhas.

Pode constituir um emblema que se valoriza e desmultiplica a cada instante, quer na pulverização do nome na imensa programação desportiva diária que percorre o mundo inteiro e absorvido, naturalmente, pelas nossas comunidades emigrantes; num simples boletim do Totobola, no chamamento de novos visitantes atraídos pelo útil e agradável e pelo orgulho e consolo que dá a quem vivendo na diáspora se revê nos feitos conquistados em cada Domingo.

Em Portugal só há Ligas Profissionais de Futebol e Basquetebol que por sê-lo, são modalidades que obedecem a regras e legislação próprias, obviamente disciplinadoras, exigentes, rigorosas, que tanto podem ser desmotivantes como incentivadoras de novos e aliciantes desafios.

Numa sociedade mediática o desporto e o futebol profissional em particular são, para o bem e para o mal, permanentemente bombardeados pela chamada imprensa desportiva que sempre a pretexto dos mais altos desígnios, alimentam os seus negócios empresariais as intestinas guerras de audiência e o percurso imaginário

de quem inadvertida e subrepticamente vai bebendo doses intensivas de interesses particulares fabricados e quase sempre ocultos.

Nada pior que alheamento voluntário, a inércia, medos e ressentimentos, os braços caídos pelo cansaço da voz.

Difícil é perceber quanto de grito vai na entoação de um simples golo, numa metáfora conjugada com mais ênfase e na alegria da festa conjugada, trazer viva esta gente.

Difícil é perceber quanto custa pela via dos jornais, da rádio ou da televisão trazer a chama de uma libertação: do corpo, do espírito, duma sociedade, às vezes cansada de expectativas mas sempre em movimento.

Jornalismo, desporto, cultura, turismo, quatro vertentes ou só uma no desenlace de uma relação afectiva e efectiva no compromisso com a terra que, apesar do marasmo imposto pela distância, dá sinais de que atrás de tempo, tempo vem e enquanto houver consciência que der força à raiz como em qualquer jogo, há-de haver um vencedor.

Tema profundo e complexo que não poderá ser aqui abordado em toda a sua amplitude mas sobre o qual gostaria de deixar um pequeno contributo mesmo que de forma abreviada que ajude a nossa reflexão.

Diz-me que desporto tens!...

Diz-me que apelos culturais tens!...

Dir-te-ei em que sociedade vives!

Estes são espelho do nosso grau de desenvolvimento.

E o mesmo se diga em relação à Comunicação Social... à relação dela com o seu público, ouvinte, leitor, telespectador...

Não basta receber a notícia, pura e simplesmente. Todo o caudal de informação disponível.

É preciso que se reflecta a qualidade do trabalho exposto, o sentido da metamorfose do pensamento subjacente a um objectivo que deve ser claro, e bem definido.

É preciso saber interpretar, saber distinguir o trigo do joio, que... o PODER DA INFORMAÇÃO tem em si vários subterfúgios que em momentos vários se poderão confundir com publicidade encoberta ou pura propaganda.

O que há de característico e fundamental no desporto é justamente, diz José Esteves no seu livro Desporto e Estruturas Sociais o que define e caracteriza a sociedade em que ele se realiza.

No tipo actual as relações humanas o desporto pode ser um fenómeno de alienação em que os homens se batem por uma vantagem de prestígio e outras à custa dos seus "adversários-inimigos". A chamada alienação desportiva do "homem contra o homem" em que uns ganham e outros perdem é comparável à que conhecemos do processo económico e da estratificação social.

Se o desporto reflecte as estruturas da Sociedade, forçosamente que os jornais desportivos - e as secções desportivas dos grandes órgãos de comunicação social - têm de exprimir essas mesmas determinantes.

Nisto como no resto a imprensa da especialidade não é melhor nem pior que a restante.

Se tal se regista no plano dos seus fundadores, proprietários e directores, uma verificação correspondente se há-de verificar, também, com os homens que a fazem ou redigem, como simples empregados que são.

Pedir àqueles ou a estes que modificam o panorama desportivo é de pedir um descompromisso que não está totalmente nas suas mãos: os leitores desertariam sem remédio... porque é exactamente aqui na realidade das frustrações sociais dos leitores que está a verdadeira explicação, a autêntica raiz do problema: as frustrações dos leitores nos tipos de sociedade que as provocam.

É tempo de desmistificar a expressão INFORMAÇÃO DESPORTIVA ou se preferirem "JORNALISMO DESPORTIVO"...

O jornalismo é um todo abrangente de componentes várias. De especialidades múltiplas.

O desporto é em si uma especialidade importante sem dúvida, mas não só ÚNICA e EXCLUSIVA no contexto social pelo que me parece despropositado estar a sub-classificar aquele que a esta área se dedica por inteiro. E quem exerce o jornalismo

desportivo não pode por seu lado fechar-se num casulo ou "ghetto" e esquecer todos os problemas políticos e sociais que o rodeiam.

É enquanto jornalista que se tem de se comportar. No domínio das técnicas, na percepção e interpretação dos acontecimentos que o rodeiam, no rigor e na procura das grandes questões que afinal não podem ser vistas em separado, diria mesmo, marginalmente... mas sim no conjunto, de forma globalizante, tendo em conta a interdependência e a correlação de forças: individual, colectiva, política, económica e social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros Governo:

Nos Açores, apesar da orientação da política desportiva estar no sentido de contemplar a Alta Competição, o Desporto Prática, e o Desporto Lazer ou Recreação, com todas as suas derivantes de progressão complementar - Iniciação, Formação, Animação e outras - e que é no fundo um trabalho em profundidade e extensivo a todas as ilhas, sujeito naturalmente a críticas pontuais mas, estou em crer, não de filosofia de princípio, a verdade é que raramente os nossos Órgãos de Comunicação Social abrem os seus serviços informativos com uma notícia sobre um acontecimento desportivo.

Falta-lhes ainda a força dos campeões que aos poucos vão aparecendo aqui e acolá. Campeões nacionais que nos regalem com a distinção e a diferença que nos releguem à descoberta de ídolos que sejam nossos; nados, criados e aqui residentes.

E, quando aparecem fogem... fogem para a ilha mais próxima, para os clubes das grandes cidades ou para Espanha e o que nos entristece mais, para terreolas do interior onde encontram o prazer do reconhecimento e da subsistência.

Sem os nossos campeões dificilmente aguentaremos um projecto de informação desportiva que encha as nossa primeiras páginas.

E, quando partem outros trazem os seus idiomas: Búlgaro, Brasileiro, Argentino, Americano... Albanês, Marroquino ou Russo.

E este pode ser um caminho inevitável, intermédio, talvez, enquanto se rentabiliza o excelente, e cada vez melhor, Parque Desportivo dos Açores.

E a questão é saber como conciliar as estruturas físicas com a capacidade de recrutamento, de formação e competição, numa região com pouca densidade populacional sujeita a migrações internas e geograficamente dispersa ?!... Como conciliar quantidade com qualidade ou como despertar as forças económicas para a importância de uma verdadeira cultura desportiva, sabendo-se que é pela via profissional e, por isso, inteira disponibilidade para o treino, que se conseguem melhores índices de produção e aperfeiçoamento individual e colectivo.

Um jogador de uma equipa profissional em nada difere das exigências de uma violinista de orquestra sinfónica.

O cumprimento sério de todos os "géneros" jornalísticos e respectivo tratamento em cada Órgão da Comunicação Social - Imprensa, Rádio, Televisão - poderá contribuir para melhoria da qualidade da informação desportiva que temos.

Contribuir, desfazendo boatos, aprofundando ideias e evitando a propaganda - sim que o jornalismo também pode ser propaganda - repare-se nos jornais de Clube e de Partido e ou de Governo... ou discriminados por sexos: jornais, revistas para mulher... homem, até por idades e até para **"teenager"**

Em consciência vos digo que é preciso deixar para trás um certo tipo de jornalismo assente apenas na elementar notícia de "primeira mão" e caminharmos à procura de géneros maiores... à procura do outro lado da verdade e fazer mexer as estruturas políticas e sociais de forma a permitir maior sensibilização, mais empenho, mais rigor, ousadia e provocação.

Um jornalismo actuante, de rigor, investigação e verdade, com sentido determinado e determinante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros Governo:

Olho em redor, e vejo, quão difícil é por exemplo encontrar um médico-especialista na área do desporto neste lugar de país mais escondido, demograficamente dos mais pobres, politicamente dos mais esquecidos.

Olho para o mundo rural e sinto as dificuldades dos professores: os alunos adormecem na escola depois da ajuda aos pais na procura do sustento da família.

Comem a correr e se calhar uma alimentação viciada e repetitiva.

É o pulsar da comunidade e dos seus responsáveis desejosos de mais um polivalente, de mais um campo para a prática do futebol, de mais uma Sede para o clube da terra.

E na hora dos votos é preciso respirar o valor da terra sagrada das suas gentes, dos seus jovens e dos seus velhos.

E Portugal tem um punhado de bons médicos-especialistas na área da medicina desportiva...

Serão suficientes em todo o país? Terão os meios de recuperação necessária na proporção directa dos diagnósticos que realizam? Há ou não uma medicina desportiva? E só pergunto porque encontrei à dias dois médicos a discutir a validade do conceito. Gostaria de sublinhar quanto é triste saber que há jovens atletas que não são, ou nunca foram acompanhados por um Técnico Superior de Educação Física ou por um médico durante o percurso dos seus treinos, ou que simplesmente são dados como aptos para jogar num qualquer clube sem a devida e rigorosa inspecção médica.

Às vezes, tantas vezes, basta uma breve conversa e uma assinatura para ficar tudo em conformidade.

São dezenas e dezenas de clubes desportivos sem o mínimo de condições. Alguns são apenas bares de convívio. Alguns são negação do próprio desporto.

Por isso me sinto maravilhado com os índices de rendimento individual e colectivo conseguidos na alta competição, com o aperfeiçoamento tecnológico adquirido pelos grandes clubes, mas não posso deixar de pensar nos jovens atletas quase ao abandono, indefesos, em práticas desportivas quase clandestinas e a que chamaria do mundo da baixa competição.

Os clubes, à força não sei de quê, transformaram-se em verdadeiras empresas apoiadas e/ou dependentes de verdadeiros impérios multinacionais. Os jogadores em artistas que têm que abrilhantar o espectáculo pago a peso de ouro: os financiamentos através de patrocínios inconfessáveis de senhores endinheirados na procura de uma fotografia de capa em revista de fama enquanto a sufocante imprensa diária desportiva - cada vez mais diária - (nela incluo rádio e televisão), inventa, recria e mata verdadeiros e falsos ídolos.

O desporto constrói e perpetua mitos como Eusébio, Pelé, Maradona, George Best, Michel Mouton, Ayrton Senna ou Nádia Comaneci entre muitos e muitos outros.

Quando se trata em atletas de indiscutível integridade podem resultar em verdadeiros exemplos referenciais para a juventude ávida dos necessários e identificadores valores emblemáticos. São exemplos em Portugal João Pinto, Victor Baía, Rui Costa, Figo, Dani ou mesmo o nosso Pauleta.

É pois preciso encontrar nas encruzilhadas que animam o desporto o seu verdadeiro sentido social. Mas a realidade sociológica das ilhas não dita regras assim tão linearmente. E ainda bem, pois de outra forma não encontraríamos explicações fundamentadas para a existência dos verdadeiros clubes. E um clube não se vê pelo dinheiro mais ou menos injectado, pela posição que ocupa na tabela classificativa, apenas e só, nos campeonatos conquistados.

E hoje, que nos preocupamos e até regateamos os apoios a dar aos clubes que ao longo de anos tiveram comportamento incorrigível e que pela força e tenacidade dos seus sócios, patrocinadores e carolas, prosseguem com maturidade a caminhada dos seus mais altos e legítimos objectivos, não conseguimos, por exemplo reparar que há anos não existe nesta Região Autónoma dos Açores, o título de “Campeão Açoriano de Futebol”. É o resultado de uma 3ª Divisão Nacional nascida por razões meramente financeiras e que esconde na prática a inexistência de um verdadeiro Campeonato Regional dos Açores que dê possibilidade à participação de todas as ilhas.

Por incrível que pareça o Faial não se faz representar nessa “Série Nacional Autónoma” com uma estrutura perversa e convidativa ao desleixo, à mentira desportiva e ao abuso em matéria de relações laborais, que só nos podem fazer corar de vergonha.

Velas de São Jorge, Vila do Porto em Santa Maria ou Santa Cruz da Graciosa, curiosamente com um belíssimo parque desportivo relvado, terão da sua participação regional uma breve miragem.

Dos quadros competitivos regionais dos escalões mais jovens de onde deveriam sair os hipotéticos jogadores açorianos de alto potencial competitivo para

enriquecer os representados nos escalões mais altos do futebol português, o melhor é fechar os olhos e meditar, meditar profundamente.

Apesar de tudo há quem lute e reme contra a maré. Há clubes nos Açores que investem, muito e bem, nas suas camadas jovens. São verdadeiros exemplos que deviam ser referenciados e até elogiados.

Creio que chegou o momento de um congresso em que se debata com a sociedade o modelo desportivo açoriano e o estado evolutivo das modalidades profissionais, seus financiamentos e funções no processo de desenvolvimento económico.

Um clube revê-se na sua dinâmica, na sua vitalidade humana e consequentemente na sua capacidade organizacional, na sua planificação, nos seus recursos, na luta pelas suas metas que só podem tão só circunscrever-se a um apelo de formação de atletas jovens e à ocupação de tempos livres, quer no plano desportivo quer mesmo no campo cultural.

E se é certo que numa sociedade de consumo como a nossa o culto pelo ÊXITO ou SUCESSO, motivado por falsas idolatrias leva à sobrevalorização dos resultados em detrimento do trabalho de formação não devemos embarcar em falsas ondas que podem encher os clubes de momentâneas glórias mas também eterna ruína.

E quantas vezes nos esquecemos de comparar olhando em frente? Quantos e quantos clubes se cobriram de imediatista ascensão para logo de seguida caírem na fossa dos esquecidos? Quantas vezes não comparamos o nosso eventual atraso com as sensacionais e conjunturais correrias dos outros? Mas quantas vezes nos esquecemos de reparar que enquanto eles caem - continuamos a suportar o nível do nosso esforço e a manter o limite das nossas posses?...

O País está cheio de exemplos. E por isso se entende que é melhor segurar o futuro com determinação, com vistas largas, mas sabendo sempre a correlação de valores e a nossa real grandeza.

Creio que e não é possível encontrar ESTABILIDADE acima do grau de desenvolvimento da própria sociedade onde estamos inseridos. E nem somos da opinião que à força de tanto sonharmos, possamos sobreviver, por muito tempo, deixando espalhada a imagem de resistirmos à mercê de um suporte fictício e

cheio de balões de ar. Um clube deve ser o que é. Deve atingir o ponto mais alto das suas forças e, nada mais, desde que corresponda minimamente às exigências culturais do desporto, o mesmo é dizer da saúde e do bem estar. O resto é mentira e pode redundar em traição. Os clubes não são todos iguais e não reflectem, cada um por si ao mesmo tempo, realidades sociais e económicas idênticas.

Este é o tempo da ganância. Do golo que vale milhões. Heróis da profissão lá correm o campo todo.

É por isso que o poeta diz:

O RESULTADO QUE VAI SAIR EM TODOS OS JORNAIS
NUNCA PODE TESTEMUNHAR O JOGO, A SUA HISTÓRIA
DAQUI POR ALGUNS ANOS FICARÃO APENAS NA MEMÓRIA
OS NÚMEROS, SEM GOLOS A MENOS, NEM GOLOS A MAIS.

Fiz esta intervenção, porque daqui a dias vamos ter a discussão de dois documentos fundamentais para o desenvolvimento do desporto açoriano.

São dois documentos de grande profundidade e que eu achei por bem fazer esta explanação, um pouco para ajudar, digamos, a caracterização do desporto açoriano, na minha óptica, e aqueles que são os seus estrangulamentos e também as suas virtudes.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Está aberta a inscrição para esclarecimentos.

(Pausa)

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu pedi a palavra para dar os parabéns ao Deputado Sidónio Bettencourt por ter trazido a esta Assembleia uma matéria que não é muito comum discutirmos aqui, porque quando se traz aqui desporto, os partidos são outros e os clubes também são outros.

Há considerações feitas na sua intervenção que eu acho excelentes e que corroboro e há outras intervenções que podemos discutir lá fora ou em qualquer outro lugar.

No entanto, pedi a palavra, como disse, para lhe dar os parabéns e já agora também para prestar determinados esclarecimentos que devem ser dados, porque falou no jornalismo desportivo.

De facto, o jornalismo desportivo é tido como um jornalismo menor e aquele jornalismo, muitas vezes, por onde começam os jornalistas que depois irão para outras matérias e muitas vezes esses jornalistas não sabem coisas que, eventualmente, deviam saber. A culpa talvez não seja deles, por serem novos e por não terem ainda tempo de estudarem.

Uma das coisas que não sabem, principalmente aqui nos Açores, é quando dizem, por exemplo, que o Santa Clara é a equipa mais representativa dos Açores e aquela que chegou mais alto. Não é, porque, como sabem, o Lusitânia esteve a 5 pontos da I Divisão - havia a II Divisão e não havia a Divisão de Honra - e foi a equipa, para já, que chegou mais alto em termos de futebol. Não havia o desporto profissional. Havia o desporto que havia e, portanto, é o Lusitânia que tem ainda essa honra, chegando a estar a 3 pontos da I Divisão e andando toda a 1.^a volta, nessa altura, em primeiro lugar.

Outro esclarecimento que eu gostava de dar é que, de facto, o Pauleta, que é um jogador que eu gosto muito de ver jogar e é um jogador que eu admiro, não é o primeiro internacional dos Açores. Foi Mário Lino, que é aqui do Faial, que jogou no Lusitânia e jogou no Sporting. Mário Lino tem 6 internacionalizações A.

Portanto, não foi o Pauleta o primeiro, mas sim Mário Lino e, o seu a seu dono.

De facto, existem jornalistas desportivos que, eventualmente, poderão não ter obrigação de saber isto, mas é sempre bom dar estes esclarecimentos, porque é sempre bom também recordar aqueles que antes e que outrora foram grandes e não

olharmos só para a actualidade e para aqueles que cuja fama muitas vezes é efémera e deixar passar essa fama e relembrá-la agora achei útil.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos vivendo tempos novos, de novas exigências, para as quais o nosso Povo está cada vez mais desperto e atento.

Essa evolução de mentalidades, se assim se pode caracterizar toda essa nova maneira de pensar a vida em comunidade, provoca uma salutar reivindicação de mais desenvolvimento e de melhor qualidade de vida.

É urgente reflectirem-se e consensualizarem-se soluções e respostas concretas para estes novos desafios.

É também, nesta linha de raciocínio, Senhoras e Senhores Deputados, que queremos enquadrar a realização, que ocorreu no último fim-de-semana nas Lajes do Pico, das Jornadas temáticas promovidas pela Associação de Municípios das ilhas de São Jorge, Pico e Faial, cuja presidência está agora a cargo do ilustre edil velense e ex-parlamentar desta Casa, o caro amigo António Silveira.

Os assuntos tratados pelos competentes palestrantes, bem como o frutuoso debate a que, invariavelmente deram origem, foram a prova cabal do sucesso da sua realização.

Torna-se cada vez mais evidente, que estas três ilhas estão "condenadas", no sentido positivo a se complementarem. Mas sem subserviências entre si, antes reivindicando e afirmando, cada uma, as suas peculiares especificidades, como contributo próprio para essa unidade político-económica.

Falamos dum conjunto de ilhas, cujo potencial sócio-económico corresponde a uma população de mais de 40 (quarenta) mil habitantes e que podem vir a congregar o terceiro maior espaço consumidor da nossa Região Autónoma se, para tal, não sofrer qualquer atropelo de percurso, a natural e desejada evolução qualitativa do *transporte marítimo para passageiros e viaturas* entre as ilhas do Triângulo .

O ênfase dado a esta vertente foi tão significativo que o Dr. Mário Escobar, palestrante sobre política de turismo, afirmou que o Triângulo será uma realidade como destino ou sub-região turística, quando tiver assegurada a trilogia (passe a expressão) Transportes, Transportes, Transportes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes **encontros**, assim se chamavam na década de oitenta e nos quais quase sempre participei, *teimosamente* organizados pelos autarcas de então, com destaque, de entre outros, para Frederico Maciel, Nemésio Serpa, Herberto Dart e Manuel Paulino Costa, só encontraram consolidação jurídica na criação desta Associação de Municípios do Triângulo, na presidência de Armando Castro, no início desta década. Apenas como registo, mencionamos que eram na altura presidentes de câmara: José Leovegildo na Calheta, Frederico Maciel nas Velas, Renato Leal na Horta, António Simas da Costa em São Roque, Manuel Paulino Costa nas Lajes e Armando Castro na Madalena, e a primeira acção conjunta que a Associação promoveu, foi o concurso e adjudicação dos PDMs dos 6 Municípios do Triângulo.

Curioso é referirmos também hoje que, talvez porque os poderes regionais, de então, temiam esta nova força de intervenção política e autárquica, nunca admitiram a possibilidade do Triângulo vir a ser considerado uma sub-região turística.

Desde ha algum tempo e hoje este Governo pensa e actua de forma diferente.

Mas também hoje, fosse que Governo fosse, jamais poderia deixar de entender e acarinhar a realidade económica e política, confinada ao espaço geográfico do Triângulo: S. Jorge - Pico - Faial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não cabe aqui um relato exaustivo dos assuntos-base objecto de tratamento e análise nas jornadas: Ambiente, Emprego, Transportes e Turismo, ou a mera transcrição das importantes conclusões.

No entanto quero realçar e trazer à reflexão desta Assembleia algumas breves notas e comentários:

No que se refere a AMBIENTE:

É significativo o esforço financeiro que deriva da opção política dos Municípios, em avançarem com a construção de Aterros Controlados e que estão sendo acompanhados pela Direcção Regional do Ambiente, autoridade de saúde e demais entidades;

É imperioso continuar a difundir-se e a fazer pedagogia do slogan ambiental dos 3 Rs sobre resíduos sólidos: Reduzir, Reutilizar e Reciclar;

Deve-se equacionar a implementação a curto prazo dum tarifário compatível, na recolha de resíduos sólidos, como medida dissuasora à incontrolável e crescente produção de lixos domésticos, já que, desde há mais de uma década, são os Municípios, com os apoios do Governo e da União Europeia, que suportam a totalidade dos investimentos e da recolha;

No âmbito da Rede Natura 2000 está a ser negociada pela D.R. Ambiente com o Instituto de Conservação da Natureza (entidade nacional que negocia com as instâncias europeias) a "despenalização" do corte de **urze** em algumas ilhas e a alteração do **rol das espécies de fauna e flora endémicas** a proteger, acabando-se assim com um certo fundamentalismo que, não raras vezes, extravasa num exagerado policiamento pseudo proteccionista. Mas, em complemento, propõe-se a criação de espaços/habitats de conservação da natureza integrados na Rede Europeia do património natural, que substituirão a anterior concepção de área proibida e onde passará a ser permitida uma intervenção controlada, desde que não ponha em causa o seu equilíbrio;

É de realçar, que o bom planeamento ambiental é sinónimo dum correcto planeamento da ocupação do território e assegura a harmonia paisagística, equaciona a falta de acessibilidades e contribui para um melhor desenvolvimento regional e local, onde se deve incluir uma gestão equilibrada dos recursos naturais;

No que se refere à designada *Paisagem protegida do património construído da cultura da vinha no Pico*, é opinião generalizada de que se deve conciliar o que valoriza e mais interessa preservar com a vontade das populações, ou seja, o povo só protege o que gosta ou quando entende existir alguma razão para tal. Nada deve ser imposto às populações, procurando-se sim a sua participação e apoio nas

acções de defesa do património. Não há dúvidas quanto à necessidade de rever e alterar a actual proposta de Regulamento desta Paisagem Protegida;

Também se falou da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, em São Jorge. Toda a cautela no tipo de intervenção a efectuar, não será demais. Porque se trata de decidir politicamente qual o tipo de intervenção a realizar, torna-se difícil actuar contra os pareceres técnicos que inviabilizam a única acção pretendida pela opinião pública local, pois trata-se de um ecossistema muito frágil que, em face da acção duma qualquer maquinaria inadequada, pode vir a sofrer um estado de degradação tal, que inviabilize, para sempre, a sua recuperação.

ECOTURISMO E ARTESANATO:

São duas significativas vertentes económicas a desenvolver e consolidar, em São Jorge, Pico e Faial, e que têm recebido da parte dos Governos, deste Governo em particular e das Autarquias, uma particular atenção.

- Assim sendo, Duarte Ponte anunciou a intenção de avançar com a realização numa das três ilhas, de **uma nova Conferência Bienal sobre Ecoturismo** e referiu também a recente aprovação da Portaria que regula a **certificação do artesanato Regional dos Açores;**

Também neste âmbito consideramos importante referir a informação do Dr. Faria de Castro, Presidente da Azórica, de que terá lugar nas ilhas do Triângulo, no próximo ano, o X Encontro Nacional de Educação Ambiental;

Também enquadrado no Ecoturismo, o Eng. Cláudio Lopes, Presidente do Município anfitrião, informou que faz parte dum grupo de trabalho multidisciplinar, tendo em vista a valorização e um adequado aproveitamento como sector de atracção turística único, no que se refere ao notável **património natural espeleológico das Grutas e Cavernas, nomeadamente do Pico;**

Como pequena adenda sublinhamos que, **na sequência da aprovação nesta Assembleia da reclassificação do Porto das Lajes do Pico na classe C, técnicos** da Junta Autónoma da Horta e da firma Consulmar, além da análise de projectos a empreender em São Roque e Madalena, **visitaram Sábado a Vila das Lajes e fizeram uma primeira abordagem à elaboração do orçamento das**

obras de desassoreamento da Lagoa (bacia interior), daquele porto que desempenha já lugar de relevo, no Whale Whaching dos Açores;

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Reconheceu-se, mais uma vez, ser necessário e imperioso a implementação de uma viagem diária de passageiros, entre as ilhas do Triângulo, dando mobilidade a um potencial mercado, como acima referi, de mais de 40 mil consumidores;

Embora a gerência da *Transmaçor* tenha prometido rever esta reivindicação, deixamos aqui nota do pedido que fizemos àquela empresa, dando voz a muitos potenciais passageiros das ilhas do Pico e São Jorge que assim o solicitaram, de que, para as viagens no mesmo dia, de ida e volta Pico - S. Jorge - Pico, **o porto de escala no Pico à saída e no regresso, seja sempre o do Cais do Pico na Vila de São Roque;**

Recomenda-se também à *Transmaçor* que deverá equacionar a possibilidade de operar para outras ilhas, em fretamentos e quando solicitado, a partir do porto de Santa Cruz das Ribeiras no sul do Pico;

Incentivamos ainda a *Transmaçor* para que concretize a ideia lançada pelo Secretario Regional da Economia - Duarte Ponte, no encerramento das Jornadas: A *Transmaçor*, em 1999, deve preparar um projecto de construção de um *barco-ferry*, (passageiros e viaturas), para operar apenas na ligação diária das ilhas do Triângulo e a ser candidatado ao III Quadro Comunitário de Apoio da União Europeia;

Ficamos positivamente na expectativa quanto ao resultado do concurso internacional que o Director Regional de Transportes anunciou, para a operação na Região, por dois anos prorrogável por mais um, de *dois ferrys* para passageiros e viaturas, um para operar entre 20 de Junho e 20 de Setembro e o segundo nos meses de Maio a Outubro;

Ainda nesta área e no que se refere a obras portuárias, ficou a promessa governamental de que se está trabalhando nos projectos para a remodelação e reabilitação do Porto da Calheta em S. Jorge, Porto de S. Roque e da Madalena no Pico e na segunda metade deste mandato, serão lançados os respectivos concursos, passando à fase de execução, conforme proposta do PMP;

TRANSPORTES AÉREOS

Relevamos o anúncio feito pelo Secretário da tutela, quanto à efectiva redução do tarifário da SATA inter-ilhas a partir de Janeiro do próximo ano; e

Registamos a explicação dada, mais uma vez, pelo Secretário Regional, nestas jornadas, e a pedido de empresários e autarcas do Pico, a respeito da **ampliação do aeroporto da ilha:**

O Projecto foi adjudicado à ANA-EP para execução até meados do próximo ano, com a **exigência de equacionar a ampliação necessária para a operação de Aviões Boeing 737 em voos Lisboa - Pico - Lisboa, sem penalizações.** Este Governo pretende uma melhoria substancial na operação dos ATPs da SATA, no Pico. Depois da ampliação concluída, perspectiva igualmente, logo no início de utilização, uma operação com *charters*, a que naturalmente se seguirão voos regulares e, mais tarde, o Pico poderá mesmo aspirar a ser mais uma das *Gate Way* dos Açores. Sublinhe-se ainda que, segundo afirmou o Secretário Duarte Ponte, o que o Governo disse anteriormente a este respeito foi que, a partir de 1550 metros de pista (mínimo de comprimento exigido) e com 150 metros de *strip*, entenda-se a largura da faixa de segurança da pista, estão reunidas as condições mínimas para a operação de *Boeings 737* o que, com certeza, **não é só isso que se irá ampliar na pista do Pico.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os temas que a Associação de Municípios do Triângulo lançou para reflexão da opinião pública em geral, dos empresários, autarcas e deputados destas três ilhas, estão longe de estar esgotados e nesta consonância, um ilustre picaroto por opção e de *vida vivida* em terras picarotas que, como poucos, percebeu ao longo da sua vida a dura realidade de ser ilhéu, o Sr. Francisco Pessanha, a quem presto as minhas respeitosos e amigas homenagens, manifestou a sua opinião que fez valimento, antes do encerramento das jornadas, sugerindo a Agricultura e Pescas, como temas a serem tratados nas próximas Jornadas que se realizarão, ao que tudo indica, no Município de Velas em São Jorge.

Sras. e Srs. Deputados:

Para finalizar, daqui endereçamos, com respeito e alguma saudade, uma saudação a todos os que foram autarcas e se empenharam para que o Triângulo fosse uma realidade social, económico e política e, acima de tudo, de união e comunhão de objectivos das ilhas de São Jorge, Pico e Faial.

Reafirmamos o nosso aplauso e incentivo aos actuais autarcas e governantes para que, em conjunto, continuem a acarinhar e a aprofundar, para bem do povo desta sub-região, essa realidade geopolítica e económica que é o Triângulo: São Jorge, Pico e Faial.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Está aberta a inscrição para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria felicitar o Deputado Rui Pedro Ávila pela excelente intervenção que fez e como deputado eleito pelo círculo eleitoral de S. Jorge queria congratular-me com a realização destas jornadas e penso que os temas: Transportes, Turismo, Ambiente e Emprego foram, de facto, muito felizes.

Eu penso que o Governo, em relação aos transportes, aproveitou bem a experiência da Associação de Municípios do Triângulo que, embora tenha sido então um pouco criticada, na área dos transportes, mas funcionou bem este ano.

Entendemos que é necessário também minimizar os efeitos negativos da época estival e, de facto, alargar o prazo, ou seja a embarcação que costuma vir no mês de Junho, comece a vir em Maio e prolongar-se mais para os finais de Setembro.

Na área hotelaria e da restauração, os privados em São Jorge têm dado alguma resposta.

Eu penso que agora chegou a altura do Governo fazer, digamos, a sua quota parte em matéria de portos. Refiro-me ao Porto de Recreio das Velas, ao Porto da Calheta e ao Porto do Topo para que, de facto, essa circulação de passageiros e esse turismo seja um turismo efectivo.

Queria também congratular-me pelo facto - e o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila disse que tudo indica e espero bem que seja uma certeza - dos temas das próximas Jornadas Parlamentares/Desporto, Agricultura, Indústria e Pesca seja efectivamente nas Velas de São Jorge, onde serão com certeza muito bem recebidos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila:

Ouvi com atenção a sua intervenção, a qual louvo por nos trazer aqui o relato fiel do que se passou nas Jornadas.

No entanto, gostaria de salvaguardar aqui dois aspectos fundamentais:

Um prende-se, nomeadamente, com uma coisa que me é muito querida que é o caso da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo.

V. Exa. disse na sua intervenção que o Governo continua à procura dos pareceres que lhe vão chegando para fazer uma intervenção, de facto, naquela área.

Ora bem, o que é certo é que o tempo não perdoa e todos os anos a Lagoa vai desaparecendo enquanto os papéis e os pareceres vão chegando. Chega um parecer que contradiz outro, porque um é técnico formado numa universidade, outro é técnico formado noutra; um tem doutoramento e o outro tem mestrado e o que é certo é que a máquina do tempo continua a rolar e a máquina do tempo continua inexoravelmente a fazer desaparecer a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo.

A máquina do tempo continua inexoravelmente a atacar a orla costeira da Fajã dos Tijolos, parte Oeste da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo e nada é feito.

Não vai a máquina, não se toma a iniciativa de levar lá a máquina, porque espera-se o parecer.

No entanto, o tempo continua com o seu trabalho "ad aeternum".

Penso que é importante fazer uma reflexão sobre este processo e essa reflexão é tão simples como isto: ou duma vez por todas nós queremos a Lagoa da Caldeira e temos uma actuação sobre aquele ecossistema que é único neste Região...

Presidente: Sr. Deputado tem ainda 1 minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

.. e no Oceano Atlântico Norte, ou então continuamos a acumular papéis e mais papéis, pareceres e mais pareceres e a Lagoa daqui por 2 ou 3 anos, pura e simplesmente, desapareceu.

Uma outra coisa que eu gostaria de focar, muito rapidamente, e que o Sr. Deputado disse na sua intervenção, é que diz que o povo, em relação às vinhas do Pico, só protege o que gosta. Sr. Deputado, isso é verdade, mas o povo também, muitas vezes, destrói o que gosta e não haja dúvida nenhuma que também no Pico, nomeadamente as vinhas de lagido também são únicas no mundo, Sr. Deputado. Não há lugar nenhum no mundo que o Sr. encontre tal sistema de cultura da vinha conforme são as vinhas de lagido no Pico.

Portanto, sobre isso, eu que não sou picaroto, mas sou açoriano, deixava uma reflexão muito importante para que esta zona também seja protegida, porque ela merece e é única no mundo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só tenho muita pena de não me poder associar aos grandes elogios que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila faz em matéria de transporte. Só tenho, realmente, pena de não me poder associar nesses elogios e tinha grande orgulho em associar-me a eles, mas para isso seria necessário que esses transportes chegassem um dia ao Corvo e penso que eles podiam muito bem chegar, Sr. Secretário.

Se o Sr. Secretário conseguir encontrar um ferry, e acho que com boa vontade se consegue, mais pequeno que irá dar uma melhor resposta em todas as ilhas pequenas desta Região, porque o Sr. sabe perfeitamente que nesses ilhas pequenas nenhuma delas está preparada para receber grandes multidões com transporte dos grandes ferrys.

Penso que, com boa vontade em melhorar os transportes, o Sr. poderá encontrar uma forma para não tocar só em 8 ilhas, mas sim tocar as 9 ilhas. Nessa altura também sentirei orgulho e prazer em me associar aos elogios em matéria de

transportes que aqui há pouco o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila fazia a este Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não é natural esta bancada receber elogios da bancada da oposição, mas também reconheço que o tema não é nada provocatório e foi tratado com parcimónia.

As jornadas realmente foram um excelente ponto de encontro, para quem teve a felicidade de, como eu, participar nelas, de amizade, de troca de impressões completamente despartidarizadas, completamente sem bairrismos, sempre à procura dum ponto comum, porque cada vez mais chegamos à conclusão de que o que é preciso realçar e relevar, neste caso concreto, é aquilo que eu procurei dizer e repetir: são estas três ilhas, como disse também lá o Sr. Secretário, - desculpem-me a vaidade - que nos dão facilmente a noção do que é um arquipélago e isso também ligado ao tal mercado de 40 mil habitantes que nos transporta imediatamente para o terceiro grupo desta Região logo a seguir a S. Miguel e à Terceira.

Portanto, agradeço a vossa boa vontade.

Queria dizer ao Sr. Deputado Manuel Brasil que, quando eu nas Jornadas coloquei o problema, porque era no painel de ambiente e tínhamos a presença da Sra. Directora Regional, em representação do Sr. Secretário Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente, falei no seu nome e no do meu colega António Gomes, que não estavam presentes, mas que, como se tratava de Jornadas do Triângulo, julgava que naquele painel tinha todo o cabimento também se falar sobre o assunto.

Depois de eu ter levantado a questão os autarcas, nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara de Velas, uma outra senhora participante, não sei se era vereadora da Câmara das Velas ou não, conheço-a de vista, também se debruçaram sobre o assunto.

Parece que há um entendimento a respeito dum último "work shop" que ouve lá ou duma qualquer jornada que fizeram a respeito da Lagoa de Santo Cristo...

Presidente: O Sr. Deputado tem mais um minuto.

O Orador: Vou procurar ser breve, Sr. Presidente.

... de que há um consenso. O Sr. Presidente da Câmara da Calheta não estava presente e por isso não podemos ouvir a opinião dele sobre esse aspecto.

O Sr. Presidente da Câmara das Velas disse que se o assunto estivesse no seu Concelho, possivelmente se empenharia mais, mas também percebia que o assunto era fora da alçada do seu município.

Portanto, eu podia ter deixado de trazer este assunto aqui, mas quis mesmo trazê-lo para também dar uma nota de que se falou de São Jorge naquelas Jornadas.

Quanto à vinha do Pico estamos de acordo, só que eu penso que é sempre mais fácil preservar com as pessoas do que contra as pessoas. Por isso foi aquilo que eu disse. A paisagem está protegida por Decreto Legislativo Regional aprovado por unanimidade nesta Casa.

O regulamento é que é polémico e foi entendido - e cada vez vai fazendo mais carreira mesmo com os actuais autarcas - de que é preciso rever, de alguma maneira, aquilo que é o regulamento da paisagem protegida da vinha do Pico.

Presidente: Está no fim dos seus 3 minutos.

O Orador: Termina já Sr. Presidente.

Só para não deixar a nota que o Sr. Deputado João Greves nos trouxe, eu queria só dizer que, se reparar bem, eu não faço elogios, faço nota daquilo que muitas vezes ainda não está realizado, mas que nós temos que pugnar para se realizar. Por outro lado, trouxe aqui e dei voz a reivindicações que são pequenas, mas que se não forem trazidas muitas vezes não são lembradas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Queria fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

O Sr. Deputado na sua intervenção, nas Jornadas do Triângulo, fez uma referência ao que se passou e às reacções àquilo que se passa com a protecção das espécies protegidas.

Eu gostaria que, se fosse possível, me esclarecesse como é que, nomeadamente os autarcas do Pico, vêem a actuação governamental neste capítulo?

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É só um breve esclarecimento ao Sr. Deputado João Greves.

Este Governo já fez no Corvo o que nenhum governo fez no passado.

De facto, a ampliação do Porto do Corvo, que está praticamente pronta, é uma infraestrutura fundamental para o futuro e bem-estar daquela ilha. Fizemos o que prometemos.

Possibilitamos que o tráfego local fosse estendido a todas as ilhas dos Açores. Foi uma promessa deste Governo e foi cumprida. Hoje todas as empresas do tráfego local, sendo sedeadas no Grupo Central, se pedirem à Secretaria Regional da Economia, podem demandar ao Grupo Ocidental. Podem ir inclusivamente ao Corvo e já a partir deste mês podem ir ao Porto do Corvo.

Mais:

Este Governo propôs à Câmara municipal do Corvo que entrasse numa sociedade para a compra duma embarcação. A Câmara Municipal do Corvo recusou-se.

Agora, recentemente, sabendo que a Transinsular e a Mutualista estavam dispostas a entrar na constituição desta empresa juntamente com o Sr. José Augusto e o Governo Regional, propus novamente e disse: "isto é a última proposta que nós fazemos à Câmara Municipal do Corvo", e isto porque consideramos que a Câmara é a única entidade que pode fiscalizar a regularidade desta embarcação. Não ouvimos qualquer resposta da Câmara Municipal do Corvo.

A reunião fez-se e o Sr. José Augusto esteve na minha Secretaria anteontem e tratámos, exactamente, de qual seria a modalidade desta associação.

Portanto, vamos fazer essa associação com ou sem a Câmara Municipal do Corvo.

Haverá transportes regulares das Flores para o Corvo, através dessa associação.

Presidente: Tem mais um minuto, Sr. Secretário.

O Orador: Estas são as leis do mercado. Nós pretendemos que as ligações entre as Flores e o Corvo sejam um serviço público, dado que as Flores actualmente estão sendo servidas por mais de quatro embarcações mensais.

Portanto, as Ilhas do Grupo Ocidental estão a ser excelentemente servidas com uma ligação regular à Terça e à Quinta por semana e que será suficiente para transportar toda a carga que chega às Flores e vai para o Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Brasil pede a palavra para?

Deputado Manuel Brasil (PSD): Para um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Economia.

Presidente: Faça favor.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. falou numa associação entre a Câmara do Corvo e os transportes. Eu gostaria de saber se o Sr. Secretário também tem uma solução para um transporte entre as Velas e o Cais do Pico, com permanência regular de Inverno e de Verão, para que nós não fiquemos nesta situação que presentemente se encontra a Ilha de São Jorge que, sendo uma das ilhas do Triângulo, como muito bem trouxe aqui o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, será uma zona com potencialidades turísticas futuras, mas, neste momento, há uma dessas faces do Triângulo, que é São Jorge - embora o Sr. Presidente do Governo se esteja a rir com isso - não tem um acesso fácil, nem uma saída fácil, nomeadamente quando está apenas a 10 milhas do Cais do Pico e com um bom porto.

Portanto, nós jorgenses entendemos que essa solução, que já devia estar em cima da mesa, aliás, já devia de existir, mas uma vez que não existe nunca é tarde para começar.

E, nós perguntamos quais são, digamos assim, as soluções que V. Exa. pensa para este problema ou até se já pensou nele?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves para pedidos de esclarecimento.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Começo por lhe dizer, porque o Sr. diz que este Governo fez mais do que o anterior, que este Governo fez precisamente igual ao governo anterior na matéria do cais, porque o governo anterior também fez 20 metros e ficámos na mesma.

Este Governo vai fazer 20 metros e ficamos, precisamente, na mesma, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Que se partiu.

O Orador: Partiu-se! Se não se tivesse partido, se calhar, este Governo não teria feito os 20 metros. O problema foi ele se ter partido.

Foi graças a esta Casa que votou para que realmente se fizesse justiça algum dia.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O Sr. votou contra!

O Orador: Eu não votei contra.

Calma aí, Sr. Presidente. Vamos por partes e, calmamente, vamos chegar lá.

Eu votei contra uma magra miséria que havia lá quase como um engano para os corvinos. Isto é que é a verdade e cada coisa no seu lugar.

Sr. Secretário, não convém perder muito o fio à meada, mas com razão nós chegamos lá.

Sr. Secretário, se eu lhe disser que em vez de ter esses ferrys todos, nessa ordem de ideias, o Sr. pegava num ferry descarregava os passageiros todos, por exemplo, na Terceira e a Transmaçor fazia o resto para a outras ilhas.

O Sr. Secretário acha que os passageiros iam gostar de andar de lado para lado? De maneira nenhuma, cada um quer encostar no seu porto. É por isso que também se deve aportar no Corvo.

Se a Câmara Municipal do Corvo não está interessada num contrato com as Flores, paciência,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E nós é que temos que fazer!?

O Orador: ... mas, se calhar, ela era capaz de se querer associar à Transmaçor, se a Transmaçor entrasse, por exemplo, num projecto dum barco maior de

passageiros que pudesse aportar no Corvo. O que os corvinos não querem é, de maneira nenhuma, estar só ligados às Flores.

Portanto, é de toda a justiça que haja uma carreira regular entre as Flores e o Corvo. Quanto a isso, tudo bem, mas não vamos ficar por aí, Sr. Secretário.

Não é esta Região investir quase um milhão de contos no Corvo e no fim não se rentabilizar as coisas, Sr. Secretário. Isto não pode ser de maneira nenhuma.

Aquela infraestrutura tem que ser aproveitada e o Sr. tem que arranjar maneira e tem que fazer com que um barco maior ou menor encoste no porto do Corvo. É isso que o Sr. tem que fazer e é para isso que o Sr. está aí. Se não fosse para isso o Sr. não estava aí. O Sr. está aí é para resolver as coisas da melhor maneira e unanimemente nesta Região.

O que eu estou a defender é o ponto de vista dos corvinos, o que aquela gente sente e me pôs aqui foi para isso. Posso não conseguir, mas vou tentar.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só umas palavras simples.

No caso do Corvo temos o assunto bem definido. Consideramos que a ligação entre as Flores e o Corvo é um serviço público.

O serviço de carga entre as diversas ilhas dos Açores estão definidos na lei e existem empresas privadas que o fazem.

Serviço público de passageiros e viaturas é, de facto, um concurso público que nós vamos fazer.

Há aqui coisas bem distintas:

Serviço de cargas é livre e todas as empresas que existem no mercado podem concorrer e a partir de Janeiro de 99 está definido na lei como é que se concorre.

Nós consideramos que as Flores e Corvo, pela sua pequena dimensão, - é preciso não esquecer que o Corvo tem cerca de 400 habitantes - precisam, de facto, dum serviço público e o Governo Regional está disposto a intervir neste processo.

Actualmente, existem ligações extraordinárias com as Flores. Existem 4 ligações por mês.

As Flores estão excelentemente servidas por transportes marítimos.

O barco que nós temos em vista é um barco que transporta passageiros e carga. É um barco com a dimensão ideal e é óptimo para o Corvo.

O Sr. pode querer trazer carga de Lisboa directamente para o Corvo, mas ninguém faz isso. Em parte nenhuma é assim. Pode pedir, mas ninguém lhe vai dar isso. O óptimo é inimigo do bom.

Em relação ao São Jorge, o processo é exactamente o mesmo. São Jorge é uma ilha que precisa dum serviço público de passageiros e de cargas. É este o concurso que nós estamos a fazer que é de 2 anos e renovável por mais um ano.

São Jorge está incluído neste serviço público de passageiros e de carga, como o Pico, o Faial, Santa Maria e as Flores, que funcionará de Maio a Outubro e terá um outro novo barco de 20 de Junho a 20 de Setembro.

Ainda nesta Região temos transporte, auxiliado pelo Governo Regional, que é feito pela Transmaçor e estamos interessados que esta empresa seja cada vez mais eficiente, cada vez mais competitiva e que no próximo QCA, os barcos que tem e que já estão a ficar envelhecidos e com poucos requisitos para o trabalho que estão a fazer,...

Presidente: Tem mais 1 minuto, Sr. Secretário.

O Orador: ...possa candidatar-se à Comunidade Europeia...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Bem vindo ao clube, Sr. Secretário!

O Orador: ...para poderem ter uma embarcação adequada para o Triângulo, porque julgo que o Triângulo, pela sua proximidade, constitui um sub-conjunto extremamente importante.

Portanto, é preciso ter a noção de que São Jorge, Pico e Faial, são ilhas que têm uma determinada dimensão. Não é a ilha do Corvo.

A ilha do Corvo, sim, é serviço público de carga que nós temos que prestar. É um dever deste Governo fazê-lo.

Muito obrigado.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Se em 2 anos chegámos lá, em 18 anos vamos conseguir!

Deputado Duarte Freitas (PS): Em 18 anos provavelmente chegam lá!

Presidente: Vamos interromper os nossos trabalhos até às 19,15 horas e regressamos para dar início ao Período da Ordem do Dia.

(Eram 18,45 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço que regressem aos vossos lugares.

(Eram 19.30 horas)

Vamos dar início ao **Período da Ordem do Dia** com a leitura dos relatórios das Comissões Especializadas Permanentes, aos quais, se não houver objecção, embora o Regimento me pareça omissos a esse respeito, eu acrescentaria um relatório que foi entregue por uma Comissão Eventual que, não cabe efectivamente nesse título, mas não vejo, pelo menos, por uma análise primeira do Regimento, que possa estar compreendido em qualquer outro artigo do Regimento, que é o relatório da Comissão Eventual para acompanhamento da acção governativa na reconstrução dos estragos do sismo de 9 de Julho.

Entretanto, agradeço às pessoas mais familiarizadas com o Regimento que fossem tentando descobrir onde encaixar melhor, se porventura houver, no Regimento um relatório dum Comissão Eventual. Eu, efectivamente, não encontrei. Há a referência a uns relatórios que poderão constar do Período de Antes da Ordem do Dia, mas referem-se a relatórios de deputações e representações que, evidentemente, não cobrem esta situação.

Se assim for, acrescentar-se-ia a leitura deste relatório aos das Comissões Especializadas Permanentes.

Eu chamo também a atenção dos Srs. Deputados para um novo regime do artigo 120.º que vem agora no artigo 125.º que diz: "O Plenário toma conhecimento do relatório que será apresentado de forma sucinta no Período da Ordem do Dia".

É evidente que não se vai exigir que hoje isso seja cumprido de forma rigorosa, mas quem o quiser fazer, pelo menos, pode fazer essa apresentação de forma sucinta do relatório.

Para efeito da leitura do relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis, relator desta Comissão.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação, a que se refere o artigo 125.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Novembro de 1998

Capítulo I

Generalidades

No ante-período legislativo de Novembro de 1998, a Comissão reuniu nos dias 10 e 11 de Novembro, na sede da Assembleia Legislativa Regional, na Horta.

Os deputados Alvarino Pinheiro, António Loura e António Silva Melo, faltaram justificadamente.

Capítulo II

Exercício de Competências

Nos termos da alínea g) do artigo 56º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão emitiu parecer sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional relativa ao ano de 1997, e, ao abrigo da alínea j), sobre o Plano e

Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1999 e o Plano a Médio Prazo 1997/2000.

Capítulo III

Trabalhos Pendentes

Está pendente o Projecto de Decreto Legislativo Regional - Regime Jurídico dos Conselhos de Ilha que aguarda os pareceres de várias entidades.

Horta, 23 de Novembro de 1998.

O Relator, Aires Reis.

Aprovado por unanimidade.

O Presidente, Humberto Melo.

Presidente: Se não houver pedidos de esclarecimentos, passaríamos à leitura do relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais.

Para o efeito tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, a que se refere o artigo 125.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Novembro de 1998

Capítulo I

Introdução

1. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais é constituída pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Socialista (PS)

- Francisco Sousa
- João Santos
- Maria de Fátima Sousa
- Maria Fernanda Mendes
- Vasco Cordeiro

b) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Ana Carolina da Silva
- António Meneses
- Aurélio da Fonseca
- Mark Marques
- Sidónio Bettencourt

c) Do Partido Popular (CDS/PP)

- João Greves
- Mário Moura

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo Valadão

2. A Mesa da Comissão tem a seguinte composição:

Presidente - Maria Fernanda Mendes (PS)

Relatora - Maria de Fátima Sousa (PS)

Secretário - Aurélio da Fonseca (PSD).

Capítulo II

Reuniões Efectuadas

1. A Subcomissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais reuniu no dia 30 de Outubro de 1998, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.
2. Nos dias 10, 11, 12 e 23 de Novembro de 1998 a Comissão reuniu na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
3. A Comissão voltou a reunir nos dias 17 e 18 de Novembro de 1998 na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo.
4. Na reunião do dia 30 de Outubro de 1998, estiveram presentes os Deputados que constituem a Subcomissão, com excepção do Deputado Paulo Valadão (P.C.P.) que faltou justificadamente.
5. Na reunião do dia 10 de Novembro de 1998 estiveram presentes todos os Deputados que compõem a Comissão com excepção dos Deputados João Santos e Vasco Cordeiro do (P.S.) e Mário Moura (C.D.S./P.P.) que faltaram justificadamente.
6. Nas reuniões dos dias 11, 17 e 23 de Novembro de 1998 estiveram presentes todos os Deputados que constituem a Comissão.
7. Nas reuniões dos dias 12 e 18 de Novembro de 1998 estiveram presentes os Deputados que compõem a Comissão, com excepção do Deputado Mário Moura do (C.D.S./P.P.) que faltou justificadamente.
8. De 9 de Novembro a 31 de Dezembro de 1998, por efeito da suspensão de mandato do Deputado do Partido Popular, Nuno Almeida e Sousa, o Deputado Mário Moura assumiu funções nesta Comissão.

Capítulo III

Trabalhos Realizados

1. A Subcomissão de Juventude e Assuntos Sociais na reunião do dia 30 de Outubro de 1998 apreciou e emitiu parecer sobre os seguintes documentos:

- Projecto de Decreto-Lei que "Aprova o Regulamento de Segurança Contra Incêndios em Edifícios de Tipo Hospitalar";
- Projecto de Decreto-Lei que "Aprova o Regulamento de Segurança Contra Incêndios em Edifícios Escolares";
- Projecto de Decreto-Lei que " Estabelece Normas Relativas ao Processo de Angariação de Receitas para fins de Beneficiência e Assistência";
- Anteprojecto de Proposta de Lei do "Património Cultural".

No que se refere a este último a Subcomissão entendeu não se pronunciar sobre o Anteprojecto, mas sim aquando da análise em sede da Comissão da respectiva Proposta de Lei de Bases, a fim de dispôr de tempo para ouvir personalidades e entidades relacionadas com a matéria. Poderá assim pronunciar-se com a profundidade indispensável que o assunto requer, nomeadamente salvaguardando as competências do Estado e o interesse específico da Região Autónoma dos Açores.

2. A Comissão nas reuniões dos dias 10, 11 e 12 de Novembro de 1998 procedeu:

2.1. À audição dos Senhores Secretários Regionais da Presidência para as Finanças e Planeamento, da Habitação e Equipamentos, e da Educação e Assuntos Sociais, bem como do Director Regional de Estudos e Planeamento (DREPA) e dos Assessores da Presidência para a "Ciência, Tecnologia" e para a "Comunicação Social", a fim de fundamentar o parecer a emitir sobre as Propostas de Plano de Médio Prazo 1997/2000, Plano de 1999, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1999, e aprovação dos respectivos relatórios.

2.2. Decidiu solicitar pareceres às: Ordens dos Médicos dos Farmacêuticos e dos Enfermeiros; Sindicatos dos Médicos e de Enfermagem; Centros de Saúde; Casas de Saúde; Centro de Oncologia; Hospitais da Região Autónoma, a fim de fundamentar o parecer a emitir sobre a:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional "Estatuto do Serviço Regional de Saúde" (Organização e Funcionamento dos Serviços de Saúde da Região Autónoma dos Açores);

2.3. Decidiu solicitar pareceres ao Instituto Açoriano de Cultura, Centro de Estudos, Conservação e Restauro, bem como proceder a audição do Senhor Dr.

Maduro Dias, a fim de habilitar a Comissão para o pronunciamento que terá de efectuar sobre a:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n° 29/98 "Classificação da Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo".

3. Nas reuniões dos dias 17 e 18 de Novembro de 1998 a Comissão levou a cabo o seguinte:

3.1. Analisou e procedeu à audição do Senhor Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, bem como do Senhor Director Regional dos Desportos, a fim de fundamentar o parecer a emitir sobre:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional "Reformula o Decreto Legislativo Regional n° 22/94/A, de 22 de Julho - "Sistema de Apoios a Conceder ao Associativismo Desportivo";

- Projecto de Decreto Legislativo Regional "Apoio às Actividades Físicas e Desportivas";

- Projecto de Decreto Legislativo Regional "Apoio ao Desporto Profissional" .

3.2. Reapreciou e emitiu parecer sobre:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional "Que Reformula o Conselho Consultivo Regional de Juventude".

3.3. Analisou com a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, reapreciou e emitiu parecer sobre:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional "Recuperação de Habitação Degradada".

3.4. Procedeu à audição do Dr. Maduro Dias, Director do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo sobre a:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n° 29/98 "Classificação da Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo".

4. A Comissão na reunião do dia 23 de Novembro apreciou e aprovou o presente relatório, elaborado ao abrigo do artigo 125° do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Capítulo IV

Trabalhos Pendentes

Na Comissão encontram-se pendentes os seguintes documentos:

- Resolução para a "Elaboração de um Estudo sobre a Situação das Mulheres Açorianas";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional "Define o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos dos 2º e 3º Ciclos dos Ensinos Básico e Secundário, bem como das Escolas Básicas Integradas";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional "Classificação da Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional "Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores (Organização e Funcionamento dos Serviços de Saúde da Região Autónoma dos Açores)".
- Proposta de Decreto Legislativo Regional "Altera algumas Disposições do DLR nº 1/96-A, de 4 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo DLR nº 10/97-A, de 18 de Julho, no sentido de integrar na composição do Conselho Regional de Concertação Social um Representante da Associação de Jovens Empresários, bem como de introduzir alterações ao Regime de Dispensas de Exercício Efectivo de Funções, por parte das respectivas entidades patronais, dos Membros do Conselho".

Horta, 23 de Novembro de 1998.

A Relatora, *Maria de Fátima Sousa.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Maria Fernanda Mendes.*

Presidente: Se não há pedidos de esclarecimento sobre este relatório, passamos à leitura do relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Política Geral e Assuntos Internacionais, a que se refere o artigo 125.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Novembro de 1998

Capítulo I

Generalidades

1. A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

a) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Manuel da Silva Azevedo (Presidente)
- Francisco Xavier Araújo Rodrigues (Relator)
- João Manuel Bettencourt Cunha
- Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
- José Maria Bairos

b) Do Partido Socialista (PS)

- Maria da Natividade Medeiros da Luz (Secretária)
- Carlos Alberto da Costa Fraga
- João Carlos Couto Macedo
- José Humberto de Medeiros Chaves
- Rui Pedro Lopes Machado Ávila

c) Do Partido Popular (PP)

- João Maria Fraga Greves
- Nuno Almeida e Sousa

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo António de Freitas Valadão

2. Por efeitos de suspensão de mandato do senhor deputado do PP, Nuno Almeida e Sousa, assumiu funções nesta Comissão o senhor deputado Mário Jorge da Câmara Simões Moura, a partir de 9 de Novembro de 1998.

3. Faltas e substituições:

a) À reunião de 3 de Novembro, na delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores de S. Miguel, faltaram, justificadamente, os senhores deputados, Maria da Natividade Luz, do PS, Nuno Almeida e Sousa e João Greves, do PP, e Paulo Valadão, do PCP, e foram substituídos os senhores deputados, Joaquim Ponte, do PSD, e Rui Pedro Ávila e José Humberto Chaves, do PS, respectivamente, pelos senhores deputados, Mark Marques, Maria de Fátima Sousa e Luís Resendes;

b) Às reuniões da Comissão, do dia 10 de Novembro, realizados na sede da ALRA, faltaram, justificadamente, os senhores deputados do PP, João Greves e Mário Jorge da Câmara Simões Moura;

c) Aos trabalhos que a Comissão realizou, ainda no dia 10, e nos dias 11 e 12, na Ilha do Pico, faltaram, justificadamente, os senhores deputados do PP, João Greves e Mário Jorge da Câmara Simões Moura, e o senhor deputado do PCP, Paulo Valadão, e foram substituídos os senhores deputados, Joaquim Ponte, do PSD, Carlos Fraga, do PS, respectivamente, pelos senhores deputados Eugénio Leal e Francisco Oliveira;

d) **No dia 18 de Novembro:**

- Aos trabalhos realizados em Angra do Heroísmo, faltaram, justificadamente, os senhores deputados, José Humberto Chaves, do PS, e João Greves e Mário Moura, do PP, e foi substituído o senhor deputado Joaquim Ponte, do PSD, pelo senhor deputado António Meneses;

- Às reuniões realizadas na Praia das Vitórias, faltaram, justificadamente, os senhores deputados Joaquim Ponte, do PSD, José Humberto Chaves, do PS, João Greves e Mário Moura, do PP, e Paulo Valadão, do PCP.

e) À reunião, do dia 19 de Novembro, realizada em Angra do Heroísmo, faltaram, justificadamente, os senhores deputados, Joaquim Ponte, do PSD, Carlos Fraga e José Humberto Chaves, do PS, e Mário Moura, do PP.

Capítulo II

Trabalhos Realizados

1. No dia 22 de Outubro de 1998, a Comissão reuniu na sede da Assembleia Legislativa Regional, na Horta, com o fim de analisar e emitir parecer à Proposta de Resolução nº 118/VII que "aprova, para ratificação o Tratado de Amsterdão que altera o Tratado da União Europeia, os tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses tratados, incluindo Anexos, Protocolos, bem como a Acta Final com as declarações, assinado em Amsterdão, em 2 de Outubro de 1997".

2. A 3 de Novembro de 1998, a Comissão reuniu, na delegação da ALRA de S. Miguel, para analisar e emitir parecer aos seguintes diplomas:

- a) Projecto de Decreto-Lei que aprova o regulamento de segurança contra incêndios em edifícios de tipo administrativo;
- b) Projecto de Decreto-Lei que define os princípios gerais da acção a que devem obedecer os Serviços e Organismos da Administração Pública na sua actuação face ao cidadão, bem como reúne de uma forma sistematizada as normas vigentes no contexto da modernização administrativa.

3. A Comissão, nos dias 10, 11 e 12 de Novembro de 1998, deslocou-se ao Faial e Pico para proceder a audições aos Senhores Secretários Regionais que tutelam as áreas de competência desta Comissão, a fim de, entre outros assuntos, emitir parecer às Propostas de Plano e Orçamento para 1999 e para o quadriénio 97/2000, analisar e emitir parecer a diplomas da República e realizar uma visita de trabalho aos concelhos do Pico. Assim:

Dia 10 de Novembro:

a) Emissão de parecer aos seguintes diplomas:

- Proposta de Lei - 212/VII, que "define um período de justo impedimento relativamente a residentes nas Ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, bem como a serviços da administração directa, indirecta e autónoma quando localizados nessas ilhas";
- Projecto de Decreto-Lei que cria o Sistema de Qualidade em Serviços Públicos.

b) Análise dos trabalhos programados para a emissão de parecer à proposta de Decreto Legislativo Regional que define a integração, na Administração Regional, dos trabalhadores admitidos pelos programas ocupacionais - MEFE e PROSA, designadamente, a recolha de pareceres das entidades sindicais e uma audição ao Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência;

c) Para apreciação e emissão de parecer às Propostas de Plano e Orçamento, audições aos Secretários Regionais:

- da Presidência para as Finanças e Planeamento;

- Adjunto para a Presidência.

d) Reunião com os Senhores Presidente e Vereador da Câmara Municipal da Madalena nos Paços do Concelho;

e) Reunião com a Direcção e Comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Madalena, na delegação da ALRA do Pico.

Dia 11 de Novembro

f) Reunião da Comissão com:

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Roque, nos Paços do Concelho;

- A Direcção e Comando da Associação de Bombeiros Voluntários de S. Roque, no quartel dos bombeiros;

- O Senhor Presidente e Vereadora da Câmara Municipal das Lajes, nos Paços dos Concelho;

- A Direcção e Comando da Associação dos Bombeiros Voluntários das Lajes, no quartel dos bombeiros;

g) Audição ao Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, na delegação da ALRA do Pico, sobre as Propostas de Plano e Orçamento.

Dia 12 de Novembro

h) Reunião da Comissão, na Delegação da ALRA do Pico, para discutir e aprovar o relatório dos Planos e Orçamento para 1999 e quadriénio 1997/2000.

4. Reuniões na Terceira, com visita ao Concelho da Praia da Vitória.

Dia 18 de Novembro

- a) Proposta de Decreto Legislativo Regional que permite a integração na Administração Regional, dos Trabalhadores admitidos pelos programas ocupacionais MEFE e PROSA: Audição ao Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência e emissão de parecer;
- b) Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Serviço Regional de Protecção Civil e de Bombeiros dos Açores: pelo facto dos pareceres solicitados terem sido recebidos em data que não permitiu aos elementos da Comissão a sua análise, foi deliberado adiar, para Janeiro, a emissão de parecer sobre o respectivo diploma;
- c) Reunião com a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para análise conjunta do Projecto de Decreto Legislativo Regional que estabelece a forma de colaboração do Governo Regional com os Municípios da Região, no domínio da recuperação da habitação degradada;
- d) Visita ao Concelho da Praia da Vitória:
- Reunião com a Câmara Municipal, onde estiveram presentes o Senhor Presidente e Vereadores, bem como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;
 - Reunião com a Direcção e Comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória.

Dia 19 de Novembro

e) Reprogramação dos próximos trabalhos da Comissão e audição ao Senhor Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, no âmbito do que estipula a Resolução nº 10/97/A - Estudo das formas de compensação aos trabalhadores açorianos pelos custos acrescidos da insularidade.

5. Na sede da ALRA, no dia 23 de Novembro de 1998, a Comissão reuniu para:

- a) Aprovar os relatórios das reuniões ocorridas em Santa Maria, nomeadamente com a Câmara Municipal, Associação de Bombeiros Voluntários e Cooperativa de Artesanato de Santa Maria;
- b) Aprovar o presente relatório, elaborado ao abrigo do artigo 125º do Regimento da ALRA.

Capítulo III

Programação dos Trabalhos

De 2 a 4 de Dezembro/98 - Visita à ilha de S. Jorge

A 5 e 6 de Janeiro/99 - Reunião de trabalho em S. Miguel

A 19 e 20 de Fevereiro/99 - Colóquio em Ponta Delgada, sobre questões europeias - próximo Quadro Comunitário de Apoio e sua incidência na Região Autónoma dos Açores.

1º Semestre de 1999 - Visita às comunidades portuguesas radicadas na Bermuda e Toronto.

Capítulo IV

Trabalhos Pendentes

1. Relatórios das reuniões realizadas nos três concelhos do Pico e no Concelho da Praia da Vitória, aquando das visitas da Comissão àquelas localidades.

2. Emissão de parecer à Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Serviço Regional de Protecção Civil e de Bombeiros dos Açores.

3. Estudo das formas de compensação aos trabalhadores açorianos, pelos custos de insularidade, de acordo com a Resolução nº 10/97/A, de 12 de Dezembro. Nesta matéria, é de referir que se realizaram audições às seguintes entidades:

- Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta;
- Secretário Regional da Economia;
- Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
- Presidente da Associação de Consumidores dos Açores - ACRA;
- Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo.

Ainda sobre o mesmo assunto, irão ser realizadas audições aos seguintes organismos:

- Centrais sindicais da CGTP e UGT;
- Universidade dos Açores.

Horta, 23 de Novembro de 1998.

O Relator, *Francisco Xavier Araújo Rodrigues.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo.*

Visita a Santa Maria

Nos dias 13 e 14 de Outubro de 1998, a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, no âmbito das suas competências, visitou a ilha de Santa Maria, onde realizou reuniões de trabalho com a Associação dos Bombeiros Voluntários e com a Câmara Municipal, tendo ainda visitado as instalações da Cooperativa de Artesanato de Santa Maria.

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria - 13 de Outubro

Na reunião, onde estiveram presentes o Presidente da Associação e o Comandante da Corporação, registou-se o seguinte:

- 1º - Pretendem mais equipamento individual, mas de boa qualidade;
- 2º - Têm 36 unidades, mas é preciso criar condições para manter o voluntariado;
- 3º - As instalações são exíguas para o equipamento que já dispõem, o que se complicará com a eventual chegada de novas viaturas;
- 4º - Pretendem a construção de um edifício anexo, para a instalação de oficinas, e consideram que executam uma boa manutenção do actual;
- 5º - Têm a informação que serão inscritos 10 mil contos no próximo Plano;
- 6º - Em relação à actual proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Serviço Regional de Protecção Civil e de Bombeiros dos Açores e que baixou a esta Comissão para parecer, dizem os responsáveis da Associação que não tiveram conhecimento prévio dela, não tendo por isso emitido, formalmente, qualquer parecer. Porém, ao terem conhecimento que a Federação de Bombeiros dos Açores emitira um parecer ao citado diploma, manifestaram o seu desagrado por

não terem sido consultados previamente por aquele organismo. Em relação a esta matéria, referiram que a orgânica proposta, no diploma em questão, desvaloriza os Bombeiros;

7º - Para o seu orçamento têm contribuído os serviços prestados e os apoios da Câmara Municipal;

8º - Quanto ao funcionamento da Comissão Local de Protecção Civil - CLPC- e à elaboração do Plano Municipal de Emergência -PME- tudo tem sido feito de acordo com os Bombeiros;

9º - Dispõem, presentemente, de uma boa rede de comunicações, abrangendo todas as viaturas. O problema situa-se apenas nas "zonas escuras", mas esperam que o novo sistema de comunicações, que vier a ser instalado, ultrapasse, definitivamente, esse obstáculo.

Câmara Municipal de Vila do Porto - 14 de Outubro

A Comissão foi recebida, nos Paços do Concelho, pelos senhores Vereadores João de Sousa Braga, substituto do Presidente, e Nélia Figueiredo. Os assuntos tratados na reunião foram organizados, previamente, num documento, que foi apresentado pelo Presidente em exercício, e que é anexado a este relatório. Porém, destacam-se, ainda, os seguintes pontos:

1º - O Orçamento da Câmara, para 1998, atinge os 730 mil contos;

2º - Tem um encargo com a dívida de cerca de 11 mil contos, que passará a 13,5 mil contos com a contracção de um empréstimo de 29 mil contos para o aterro sanitário;

3º - A dívida do Governo Regional, em atraso, atinge os 80 mil contos;

4º - O Plano Municipal de Emergência está aprovado e a CLPC está constituída;

5º - Quanto a problemas mais preocupantes, destacam-se os seguintes:

a) Emprego: existem 1345 crianças nas escolas, pelo que é preciso fixá-las na ilha;

b) Transportes e Turismo:

- Aprovam a opção "ferry boat", que deve ser mantida, e o aumento do período de operação;

- Defendem uma ligação aérea semanal e directa, a Lisboa, tal como determina uma resolução aprovada, por unanimidade, na A.L.R.A..

c) A acção depredadora dos cães vadios e que a Comissão teve a oportunidade de testemunhar, constitui um problema de difícil solução para a Câmara Municipal;

d) A falta de um Conservador na ilha, há mais de um ano, tem impedido a realização de escrituras. Em caso de necessidade as pessoas têm que se deslocar a S. Miguel.

Cooperativa de Artesanato de Santa Maria - 14 de Outubro

- Visita às instalações.

- A Cooperativa dedica-se à produção de artesanato e à pastelaria regional.

- Está em franco crescimento e, muito em breve, colocará os seus produtos no mercado de S. Miguel.

Proposta de recomendações ao Governo Regional

1.º - Reconhece-se que as actuais instalações dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria são já exíguas para o equipamento actual, situação que se agravará com a chegada de novas viaturas, pelo que se considera importante a construção dum edifício anexo, por forma a dar resposta a esta preocupação e a permitir ainda a instalação de oficinas de apoio.

2.º - A acção depredadora dos cães vadios tem sido um problema que se tem mantido e, para o qual, parece não ser fácil a solução por parte da autarquia. A Comissão testemunhou, presencialmente, os efeitos nefastos dessa acção, no primeiro dia da sua visita àquela ilha. É conveniente que o Governo Regional colabore com a autarquia, no sentido de, conjuntamente, solucionarem este problema, que de facto tem provocado profundos prejuízos à economia da Ilha.

3.º - Uma ligação aérea, semanal e directa, entre Santa Maria e Lisboa é uma pretensão justa e legítima da Câmara Municipal, tanto mais que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, por unanimidade, já aprovou uma Resolução que recomenda ao Governo Regional que promova negociações no sentido de ser executada tal medida.

4.º - Não sendo assunto da competência desta Comissão, nem da ALRA, no entanto é de se realçar aqui o problema da falta de um Conservador, na ilha de Santa Maria, pelo que é de toda a conveniência que se procure, junto dos órgãos competentes, a necessária e urgente solução.

Presidente: Está aberto o período para a solicitação de esclarecimentos complementares, se assim o desejarem.

Parecendo não haver pedidos de esclarecimentos, vamos passar à leitura do relatório da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano.

Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Relatório da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano, a que se refere o artigo 125.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Novembro de 1998

Capítulo I

Generalidades

1. Constituição da Comissão

A Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano é constituída pelos seguintes deputados:

A) Partido Socialista (PS)

Augusto Elavai

Élio Valadão

Francisco Oliveira

João Forjaz Sampaio

Luís Resendes

Manuel Serpa

B) Partido Social Democrata (PSD)

António Almeida

Berta Cabral

Duarte Freitas

Eugénio Leal

José Manuel Bolieiro

Manuel Brasil

C) Partido Popular (PP)

Alvarino Pinheiro

2. Mesa da Comissão

A mesa da Comissão de Economia, Finanças e Plano é constituída pelos seguintes deputados:

Presidente - Augusto Elavai (*PS*)

Relator - Élio Valadão (*PS*)

Secretário - Duarte Freitas (PSD)

Capítulo II

Reuniões Efectuadas

A Comissão reuniu no dia 9 de Novembro, pelas 19 horas, na Sede da Assembleia Legislativa Regional, na Cidade da Horta. Os deputados António Gomes, Rui Pedro Ávila e Guilherme Pinto substituíram respectivamente os deputados Élio Valadão, Francisco Oliveira e Manuel Serpa. Faltaram justificadamente os deputados Berta Cabral, Alvarino Pinheiro e João Forjaz Sampaio.

A Comissão voltou a reunir na Sede da Assembleia Legislativa Regional, nos dias 10 e 11 de Novembro, para proceder às Audições dos Membros de Governo, sobre a proposta de PMP 97/2000 e as propostas do Plano e do Orçamento para

1999. Faltaram justificadamente os deputados Berta Cabral e João Forjaz Sampaio.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano voltou a reunir ainda nos dias 17, 18 e 19 de Novembro, na Delegação da Assembleia em Angra do Heroísmo. O deputado Fernando Meneses substituiu o deputado João Forjaz Sampaio. Faltaram justificadamente os deputados Luís Resendes e Berta Cabral.

Capítulo III

Trabalhos Realizados

No dia 23 de Outubro a Comissão apreciou e emitiu parecer, por solicitação do Governo da República, sobre o projecto de Decreto-Lei que cria, por cisão da Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea, ANA-E.P., a Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal, Nav - E.P., e procede à transformação ANA- EP em sociedade anónima com a designação ANA - Aeroportos de Portugal, S. A. e que aprova os Estatutos da Nav - E. P. e da ANA, S. A..

No dia 9 de Novembro, os membros da Comissão pronunciaram-se sobre o agendamento dos trabalhos relativamente à audição dos Membros do Governo sobre a proposta de PMP 97/2000 e as propostas do Plano e do Orçamento para 1999 e a propósito de outros trabalhos a desenvolver pela Comissão, designadamente quanto às ilhas ainda não visitadas e futuros contactos a estabelecer com entidades exteriores à Região.

Nos dias 10 e 11 de Novembro, na sede da Assembleia na cidade da Horta, a Comissão ouviu os Membros do Governo sobre as propostas anteriormente referidas, nas áreas que regimentalmente lhe estão cometidas, de acordo com a seguinte calendarização:

Dia 10, às 10.00 horas - Secretário Regional da Economia;

Dia 10, às 12.00 horas - Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento;

Dia 10, às 17.00 horas - Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente;

Dia 11, às 10.30 horas - Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Ainda no dia 10, no âmbito das audições dos órgãos de Governo Próprio da Região a Comissão analisou, debateu e emitiu parecer sobre os seguintes diplomas:

Projecto de Decreto-Lei que altera algumas disposições do regulamento das condições higiénicas e técnicas a observar na distribuição e venda de carnes e seus produtos, aprovado pelo D. L. n° 158/97, de 24 de Junho;

Projecto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico da instalação dos estabelecimentos que vendem produtos alimentares e de alguns estabelecimentos de comércio não alimentar e de serviços que podem envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas;

Projecto de Decreto-Lei que aprova o regime de protecção contra riscos de incêndio em estabelecimentos comerciais e revoga o D. L. n° 61/90, de 15 de Fevereiro.

Na reunião que teve lugar em Angra do Heroísmo, nos dias 17, 18 e 19 de Novembro, a Comissão apreciou e debateu o relatório da Comissão e o relatório final, sobre a proposta de PMP 97/2000 e as propostas do Plano e do Orçamento para 1999.

Ainda nesta reunião foram analisados e debatidos os seguintes diplomas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - redução da tabela de taxas gerais do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, prevista no artigo 71° do respectivo código.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - redução da taxa do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - contempla deduções à colecta relativa aos lucros comerciais, industriais e agrícolas reinvestidos pelos sujeitos passivos de IRS.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - contempla deduções à colecta relativa aos lucros comerciais, industriais e agrícolas reinvestidos pelos sujeitos passivos de IRC.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - adaptação à especificidade regional dos benefícios fiscais em regime contratual previstos no artigo 49º-A do Estatuto dos benefícios fiscais.

- Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores, apresentado pelo PP.

- Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adaptação fiscal, apresentado pelo PSD.

Sobre as propostas de Decreto Legislativo Regional, apresentadas pelo executivo e em análise na Comissão, foi ouvido o Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Capítulo IV

Trabalhos Pendentes

Encontram-se na Comissão, a aguardar os pareceres dos parceiros sociais, os seguintes diplomas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 6/98 - Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei N° 167/97 (Empreendimentos Turísticos);

- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 7/98 - Licenciamento comercial;

- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 8/98 - Observação de cetáceos;

- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 10/98 - Princípios e orientações a observar na gestão dos recursos hídricos e na utilização do domínio hídrico na Região Autónoma dos Açores;

- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 12/98 - Aplicação à Região Autónoma dos Açores do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei N° 19/93, de 23 de Janeiro (Rede Nacional de Áreas Protegidas);

- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 13/98 - Regime de planeamento e gestão dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores;

- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 14/98 - Reserva Ecológica Regional (RER);

- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 15/98 - Princípios e Normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens na Região Autónoma dos Açores;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 16/98 - Regime dos planos especiais de ordenamento do território na Região Autónoma dos Açores;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 17/98 - Regime jurídico da utilização do domínio hídrico na Região Autónoma dos Açores;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 18/98 - Regime da extracção de areia no mar dos Açores;
- Projecto de Decreto Legislativo Regional - Programa específico de financiamento à aquisição de terras (PROTERRA);
- Projecto de Decreto Legislativo Regional - Bonificação de juros à aquisição de terras por rendeiros (SICAR II).

Também se encontram na Comissão a Proposta de Resolução 17/97 - Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 1996, cujo parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas chegou recentemente à Comissão e o Projecto de Decreto Legislativo Regional - Alteração ao Decreto Regional n° 11/77/A, de 20 de Maio, alterado pelo Decreto Regional n° 1/82/A, de 28 de Janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional n° 16/88/A, de 11 de Abril (Arrendamento Rural nos Açores), cujo prazo para emissão de parecer foi prorrogado por solicitação do proponente.

Angra do Heroísmo, 19 de Outubro de 1998

O Relator, *Élio Valadão.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Augusto Elavai.*

Presidente: Parece que não há pedidos de esclarecimento. Assim sendo, vamos passar à leitura do relatório da Comissão Eventual para o acompanhamento da acção governativa na reconstrução dos estragos do sismo de 9 de Julho.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão Eventual para o acompanhamento da acção governativa na reconstrução dos estragos do sismo de 9 de Julho, relativo à eleição da Mesa e dos trabalhos desenvolvidos no Ante-Período Legislativo de Novembro de 1998.

Capítulo I

Generalidades

A Resolução da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.º 21/98/A, aprovou a constituição de uma Comissão Eventual para o acompanhamento da acção governativa na reconstrução dos estragos do sismo de 9 de julho de 1998, composta por três deputados do PS, três do PSD, dois do PP e um do PCP.

De acordo com a supracitada Resolução, esta Comissão, em cada uma das sessões plenárias da Assembleia Legislativa Regional, nos termos do artigo 62.º do actual Regimento apresentará um circunstanciado relatório respeitante à sua actividade.

O Senhor Deputado Duarte Freitas fez-se substituir, na reunião do dia 9 de Novembro pelo Senhor Deputado José Aguiar e neste mesmo dia, os Senhores Deputados João Greves e Mário Moura faltaram, justificadamente. À reunião do dia 23 do corrente mês, não compareceu, o Senhor Deputado Mário Moura que justificou a sua ausência.

Capítulo II

Constituição da Comissão e Eleição da Mesa

1.º - Por indicação dos Grupos Parlamentares fazem parte desta Comissão os seguintes Senhores Deputados:

- António Gomes (P.S.)
- Guilherme Pinto (P.S.)
- Rui Pedro Ávila (P.S.)
- Duarte Freitas (P.S.D.)
- Madruga da Costa (P.S.D.)
- Eugénio Leal (P.S.D.)
- João Greves (C.D.S./P.P)
- Mário Moura (C.D.S/P.P.)
- Paulo Valadão (P.C.P.)

2.º - Na sequência da convocatória do Senhor Deputado Madruga da Costa, realizou-se, no dia 9 de Novembro do corrente ano e pelas 17 horas e 30 minutos, a primeira reunião desta Comissão que, teve como primeiro ponto da ordem do dia a eleição da respectiva Mesa, que passa a ter a seguinte composição:

Presidente - Deputado Rui Pedro Ávila

Relator - Deputado António Gomes

Secretário - Deputado Duarte Freitas

3.º - Nesta primeira reunião de trabalho, a Comissão programou, para o dia 23 de Novembro, audições com o Senhor Secretário da Habitação e Equipamentos e com o coordenador do Centro de Promoção da Reconstrução (C.P.R), bem como uma visita à Ilha de São Jorge, apontada para o próximo dia 2 de Dezembro.

Já no dia 23 de Novembro, a Comissão, reunida em plenário, deliberou adiar o encontro com o C.P.R. para o dia 2 de Dezembro do ano em curso, escolhendo para local dos trabalhos a Ilha de São Jorge.

Capítulo II

Audição do Senhor Secretário Regional

da Habitação e Equipamentos

No dia 23 de Novembro, pelas 15 horas, a Comissão reuniu-se, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, com o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para se inteirar das acções já implementadas no âmbito das tarefas do realojamento e da reconstrução.

Tratando-se de um encontro com os objectivos acima definidos, o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos fez o ponto da situação explanando, por ilha, o que abaixo se regista:

FAIAL

Instalaram-se 362 pré-fabricados que alojam 1850 sinistrados e o custo deste investimento importa em 1200 mil contos (270 mil correspondem às infraestruturas e 930 mil contos à aquisição dos pré-fabricados).

PICO

Nesta Ilha implantaram-se 63 pré-fabricados de madeira que albergam 263 pessoas e o custo da sua aquisição totaliza 131 mil contos. Enquanto as respectivas infraestruturas rondaram os 28 mil contos

SÃO JORGE

Tendo em vista que esta Ilha foi a menos afectada pelo sismo, (registando-se apenas 11 casos) o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos informou a Comissão que a opção julgada mais conveniente é a adjudicação dos respectivos trabalhos a uma firma da especialidade e adiantou que já tinha este processo pronto para o submeter, brevemente, a concurso.

Ainda nesta primeira fase de esclarecimentos, o Senhor Secretário informou-nos que já tinha sido aprovado (em Conselho do Governo e remetido

para publicação) a Resolução que regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º15/98/A, estando, deste modo, criadas todas as condições para um efectivo trabalho, no âmbito da reconstrução, após a aprovação das Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 1999.

Tendo em vista a existência de verbas disponíveis no Orçamento rectificativo de 1998 e na Direcção Regional do Orçamento e Tesouro relativos ao sismo, já foram considerados 4 casos de aquisição de casa para sinistrados.

Na sequência das perguntas colocadas pelos Senhores Deputados desta Comissão o Senhor Secretário da Habitação e Equipamentos respondeu o seguinte:

No que se refere a eventuais casos de pessoas alojadas em situações precárias, existem segundas prioridades de intervenção no processo de realojamento provisório que já começaram a ser resolvidas.

Quanto a reclamações dos sinistrados em relação à falta de informação por parte do C.P.R. diz que essa situação se prende mais com muitas perguntas que não podiam ser eficazmente respondidas, sem a criação de legislação, referindo-se ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/98/A, de 25 de Setembro e à sua regulamentação que neste momento está para publicação.

O Senhor Secretário considera importante que alguns casos da reconstrução fossem executados pelos respectivos interessados desde que acompanhados, vistoriados e contabilizados pelos técnicos envolvidos neste processo. Para valorizar o acompanhamento técnico foi apresentado como exemplo a má consolidação (executada depois do sismo de 1973) nas casas da Freguesia da Conceição - Ilha do Faial que, à conta disso, no dia nove de Julho foram novamente bastante afectadas.

Mais informou que as obras por empreitada seriam só as que se baseavam em projectos tipo (existindo 3 para o efeito) e os sinistrados que pretendessem outro tipo de projecto, estes seriam da sua responsabilidade e, nestes casos as obras seriam realizadas por administração directa, sem prejuízo, que mesmo com recurso ou projecto tipo executem as obras também por administração directa.

No que se refere à entrega de pré-fabricados sem estarem acabados isto é, com falta de luz e água, foi dito à Comissão que esses casos, pontuais, aconteceram quando os mesmos estavam implantados junto às tendas dos sinistrados, que os iriam, definitivamente, ocupar e no pressuposto de que neles, pernoitariam em melhores condições.

O trabalho de inventariação esteve ao cuidado das respectivas Juntas de Freguesia e do Instituto de Acção Social que consideraram prioritário os agregados familiares com pessoas acamadas ou com deficientes e ainda os que tinham crianças.

Tendo sido perguntado se existiam ou não pessoas alojadas no Salão da Ribeira do Meio - Concelho das Lajes do Pico, o Senhor Secretário disse à Comissão que não possuía dados sobre esta questão mas comprometeu-se a obter informações sobre esta matéria

Considerou, ainda, que não estão fechadas as possibilidades de se atribuírem mais pré-fabricados, desde que as eventuais situações sejam analisadas pelo C.P.R.. Contudo, considera que nesta fase, ao nível da habitação, deve-se avançar para soluções definitivas.

Tendo surgido queixas dos sinistrados da Ilha do Pico quanto à falta de resposta para os seus problemas, por parte da Delegação da Secretaria da Habitação e Equipamentos daquela ilha, respondeu o Senhor Secretário que, na presente data, aquela zona já estava reforçada com equipas de pessoal, com vista à instrução dos respectivos processos e elaboração das medições e orçamentos dos trabalhos referente à construção civil.

Relativamente ao atraso de pagamentos, por parte do Governo aos empreiteiros envolvidos na construção de pré-fabricados em madeira para realojamento, foi a Comissão informada de que as facturas estão processadas e certamente serão liquidadas dentro dos prazos normais de pagamento. Não existem atrasos, portanto, considerando o período normal de 90 dias para regularizar os pagamentos.

No que concerne aos trabalhos de reparação de estradas regionais foi a Comissão informada de que a ponte da Freguesia dos Espalhafatos já foi consignada e a do Salão será brevemente adjudicada.

Capítulo III

Programação dos Trabalhos

Tendo em vista que o sismo danificou outros imóveis e infraestruturas, cuja responsabilidade é da alçada de outras Secretarias Regionais a Comissão deliberou reunir-se, brevemente, com o Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, para se inteirar do processo da recuperação dos estragos nas explorações agrícolas e nos respectivos caminhos, com o Senhor Secretário da Educação e Assuntos Sociais para conhecer o ponto da situação referente à recuperação dos estragos em Igrejas, Escolas e outros imóveis sociais e ainda com o Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência para conhecimento das acções a implementar ao nível do possível apoio governamental à recuperação das infraestruturas municipais afectadas pela referida crise sísmica.

Horta, 24 de Novembro de 1998.

O Presidente da Comissão, *Rui Pedro Ávila.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O relator, *António Neves Gomes.*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra só para esclarecer, em aditamento ao relatório, que na pergunta que foi feita ontem ao Sr. Secretário sobre se estava ainda alguma família alojada no Salão da Ribeira do Meio e que na altura o Sr. Secretário não tinha

os dados para me poder responder, que há cerca de 5 ou 10 minutos atrás, em conversa telefónica com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Lajes do Pico que me confirmou que ainda tem pessoas a viver no Salão da Ribeira do Meio.

Era só para dar este esclarecimento à Câmara.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta questão, também quero dizer que se trata apenas duma família que deve ser realojada em pré-fabricado, tanto quanto conseguimos apurar, nos próximos dias.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento vamos dar por terminados os nossos trabalhos por hoje.

Amanhã iniciaremos os nossos trabalhos pelas 15,00 horas com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adiamento do debate sobre o Plano e Orçamento de 1999, para o próximo mês de Dezembro de 98;

2 - As Propostas de Decretos Legislativos Regionais relativas à fiscalidade, que são cinco, e os Projectos de Decretos Legislativo Regionais, sobre a mesma temática e que são dois;

3 - Projecto de Decreto Legislativo Regional que reformula o Conselho Consultivo Regional de Juventude;

4 - Projecto de Decreto Legislativo Regional - Recuperação da Habitação Degradada;

5 - Projectos e Proposta de Decretos Legislativos Regionais relativos a Actividades Desportivas;

6 - Proposta de Decreto Legislativo Regional relativo aos Programas MEF e Prosa;

7 - Proposta de Resolução sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, referente a 97;

8 - Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre - Adiamento do debate sobre o Plano e Orçamento Regionais.

Com esta ordem de trabalhos, dou por encerrado os nossos trabalhos por hoje.

Muito boa noite e até amanhã.

(Eram 20, 15 horas)

(Deputado que entrou durante a Sessão:

Partido Socialista (PS):

Francisco Couto de Sousa

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Popular (PP):

Mário Jorge da Câmara Simões Moura

O Redactor de 1.ª Classe, José Rodrigues da Costa.